

## 1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída através da ata de constituição de Sociedade por Ações em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

### a) Controladas e controladas em conjunto

Em 31 de dezembro de 2011 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

#### i) *Concessionárias de rodovias*

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 179,9 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Porto Alegre, e o entroncamento da BR-116/RS (Guaíba), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório - Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### a) Controladas e controladas em conjunto--Continuação

#### i) *Concessionárias de rodovias*--Continuação

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 340,8 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da BR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de dezembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado na nota explicativa nº 22, item b.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### a) Controladas e controladas em conjunto--Continuação

#### ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito"), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba") e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Tibagi") prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

#### iii) *Geração de energia elétrica*

##### Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. ("Rio Verde") tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto ("UHE Salto"), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano. Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MW na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### a) Controladas e controladas em conjunto--Continuação

#### iii) *Geração de energia elétrica*--Continuação

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

Durante o último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2011, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “due dilligence” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### a) Controladas e controladas em conjunto--Continuação

#### iii) *Geração de energia elétrica*--Continuação

##### Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. ("Rio Canoas") tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi ("UHE Garibaldi"), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão, sendo que vendeu, em Leilão nº 03/2010 da ANEEL, cerca de 70% da energia assegurada da Usina pelo prazo de 30 anos, a contar da data de início da geração da primeira turbina, que deverá ocorrer até outubro de 2014, pelo valor de R\$107,98 MWh. Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas e publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010.

Os investimentos previstos necessários para colocar a Usina em operação são de aproximadamente R\$ 782.000<sup>1</sup>. A expectativa da Administração é que 65% dos recursos necessários para a implantação serão captados através de financiamento juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio. Até 31 de dezembro de 2011 foram investidos o montante de R\$181.597, provenientes de recursos aportados pela Companhia.

---

<sup>1</sup> Valor não examinado pelos Auditores Independentes.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### a) Controladas e controladas em conjunto--Continuação

#### iii) *Geração de energia elétrica*--Continuação

##### Rio Canoas--Continuação

Em 06 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC) e encontra-se atualmente em fase final de análise no departamento técnico do BNDES.

O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011, com a expectativa de início de suas atividades operacionais em outubro de 2014 (1ª máquina - turbina), conforme prazo determinado pelo contrato de concessão. As demais máquinas estão previstas para entrar em suas atividades operacionais em novembro de 2014 (2ª máquina) e dezembro de 2014 (3ª máquina).

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

##### Outros

Em 31 de dezembro de 2011, a Triunfo mantém em fase de desenvolvimento de viabilidade certos projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 14.282.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### a) Controladas e controladas em conjunto--Continuação

#### iv) *Administração de portos*

##### Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. Em 12 de novembro de 2009, a câmara frigorificada foi atingida por incêndio em parte de suas instalações, que interrompeu temporariamente a atividade de armazenamento de produtos, porém não afetou a principal atividade da Iceport, trading de mercadorias.

A Portonave possui seguro nos seguintes montantes: (i) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir os danos às mercadorias de terceiros; (ii) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir danos à infraestrutura da câmara; e, (iii) até 12 milhões de dólares para indenizar a perda de receita originada pela interrupção de atividades.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### a) Controladas e controladas em conjunto--Continuação

#### iv) *Administração de portos*--Continuação

##### Portonave--Continuação

A Administração da Portonave concluiu o processo de ressarcimento dos danos causados aos terceiros devido ao incêndio, a qual também não houve perdas para a Portonave. O processo de reconstrução da parte afetada já foi concluído, sendo totalmente reembolsado pelo segurador, e as operações da câmara foram restabelecidas, em sua plenitude operacional, a partir de junho de 2011.

##### Santa Rita

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 5 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites.

Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita, correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia, que efetuará o pagamento em até 180 dias, com correção do preço pela variação acumulada do IGPM-FGV, acrescidos de juros de 6% ao ano.



## 1. Contexto operacional--Continuação

### a) Controladas e controladas em conjunto--Continuação

#### iv) *Administração de portos*--Continuação

##### Cruzeiro do Sul

Em 24 de janeiro de 2011 a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a “Cruzeiro do Sul”) o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m<sup>2</sup> na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 31 de dezembro de 2011, foi liquidada a parcela inicial no montante de R\$6.250, estando o pagamento do saldo remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, sendo a obrigação registrada na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante.

#### v) *Serviços de cabotagem*

A NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”) inicialmente denominada Oncídio Participações S.A., constituída em 29 de setembro de 2008, possui, como objetivo social, atuar nas atividades de transporte aquaviário e multimodal de cargas, através da exploração dos serviços de navegação marítima de longo curso e de cabotagem no transporte de carga, além da participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Proprietária da embarcação Maestra Atlântico, em abril de 2011, a controlada NTL entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.(“Vessel-Log”), constituída em 27 de maio de 2009, com o objetivo social de atuar nas atividades de exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial, no transporte de cargas em geral, além dos serviços de reparo naval, comércio, intermediação, importação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades e das sociedades nas quais participe. Proprietária da embarcação Maestra Mediterrâneo, em setembro de 2011, a controlada Vessel-Log entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### a) Controladas e controladas em conjunto--Continuação

#### v) *Serviços de cabotagem*

A Maestra – Navegação e Logística S.A. (“Maestra”), constituída em 27 de maio de 2009, possui, como objeto social, atuar na exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas geral, exercer atividades de armazenagem e comercialização de serviços e logística de mercadorias e de administração de embarcações, prestar serviços de transporte em geral, exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais, segundo os padrões fixados na legislação e regulamentos, além de exercer serviços de reparo naval, comércio intermediação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades nas quais participe. A Maestra poderá também participar de sociedades nacionais e estrangeiras, a qual é controladora da Maestra Shipping LLP, uma companhia constituída em 2 de fevereiro de 2011, em Londres, Inglaterra, sob regulamentação específica (LLP Act 2.000) e tem como atividade a armação, operação e afretamento de navios e de transporte de cargas pela via marítima com navios próprios ou afretados. É proprietária das embarcações Maestra Caribe e Maestra Pacífico, as quais estão arrendadas para a Maestra.

Em 18 de novembro de 2011, a controlada Maestra assinou contrato com o armador japonês Nippon Yusen Kabushiki Kaisha (“NYK”), para aquisição de 10% do negócio de cabotagem, diluindo a participação da Companhia e seus outros acionistas, com o objetivo de aprimorar a prestação de serviços de cabotagem, além de soluções logísticas e transporte terrestre para seus clientes.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### b) Eventos relevantes ocorridos em 2011

#### *Emissões de debêntures*

##### i) Econorte – 2ª Emissão de Debêntures

A controlada Econorte emitiu debêntures simples e não conversíveis em ações, no montante de R\$120.000, conforme descrito na nota explicativa nº 17, item c).

##### ii) 3ª Emissão de Debêntures

A Companhia emitiu debêntures simples e não conversíveis em ações, no montante de R\$180.000, conforme descrito na nota explicativa nº 17, item a).

##### iii) Maestra – 1ª Emissão de Debêntures

A controlada Maestra emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$80.000, conforme descrito na nota explicativa nº 17 d).

##### iv) Rio Canoas – 1ª Emissão de Debêntures

A controlada Rio Canoas emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$150.000, conforme descrito na nota explicativa nº 17 e).

#### *Cabotagem*

##### v) Entrada em operação

Conforme descrito no item a) v) as controladas NTL e Vessel-Log entraram em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

##### vi) Aquisições de navios

Nos dias 23 de maio e 6 de outubro de 2011, a controlada Maestra Shipping LLP adquiriu, pelos montantes de US\$12,35 milhões e US\$11,4 milhões, os navios MV Westerdeich (Maestra Pacífico) e MV Westerhever (Maestra Caribe), respectivamente.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### b) Eventos relevantes ocorridos em 2011--Continuação

#### vii) Nippon Yusen Kabushiki Kaisha ("NYK")

Conforme descrito no item a) v) a controlada Maestra assinou contrato com o armador japonês NYK para aquisição de 10% do negócio de cabotagem. O montante pago pelas ações foi de R\$10.000, gerando um ganho de R\$8.800, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

#### *Geração de energia elétrica*

#### viii) Rio Canoas – Licença Instalação (LI)

Conforme descrito no item a) iii) a controlada Rio Canoas obteve a Licença de Instalação (LI) emitida pela FATMA para a implantação da UHE Garibaldi.

#### ix) Rio Canoas – Licença Ambiental de Instalação (LAI)

Conforme descrito no item a) iii) a controlada Rio Canoas obteve a Licença Ambiental de Instalação (LAI) emitida pela FATMA para a implantação da UHE Garibaldi.

#### x) Rio Verde – Aumento de Energia Assegurada

Conforme descrito no item a) iii), a Rio Verde foi autorizada a aumentar em 4 MW na garantia física de energia da UHE Salto.

#### *Administração de portos*

#### xi) Contrato de Cessão e Transferência de Direitos – Cruzeiro do Sul

Conforme descrito no item a) iv) a Companhia adquiriu o direito oneroso de exploração de superfície de uma área na cidade de Manaus por um período de 50 anos.

#### xii) Iceport - Incêndio

Conforme descrito no item a) iv), não ocorreram perdas para a Companhia no processo de ressarcimento aos danos e estoques de terceiros ocasionado pelo incêndio na Iceport, sendo as operações da câmara restabelecidas, em sua plenitude operacional, a partir de junho de 2011.

## 1. Contexto operacional--Continuação

### b) Eventos relevantes ocorridos em 2011--Continuação

#### vii) Nippon Yusen Kabushiki Kaisha ("NYK")

#### xiii) Santa Rita – Licença Prévia Terminal Portuário Brites

Conforme descrito no item a) iv), a controlada Santa Rita obteve a Licença Prévia nº 399/2011 emitida pelo IBAMA para o Terminal Portuário Brites.

#### xiv) Aquisição Santa Rita

Conforme descrito no item a) iv), foi realizada a retrovenda de 1,5% das ações da Santa Rita que estavam sob posse da Triunfo para o Sr. Pedro da Rocha Brites, e, em ato contínuo, a Triunfo adquiriu 12% da participação da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$41.967.

#### xv) Criação Vetria Mineração

Em 19 de dezembro de 2011, a Companhia juntamente com a ALL – América Latina Logística S.A. ("ALL") e com os acionistas da Vetorial Participações S.A. ("Vetorial") celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica ("Associação"), por meio de uma sociedade anônima brasileira a ser denominada Vetria Mineração S.A. ("Vetria"), para criar um sistema integrado mina-logística-porto. Esse contrato possui a interveniência e anuência das controladas Santa Rita e TPB e da Vetorial Mineração S.A.

A Vetria atuará na exploração, beneficiamento, transporte, comercialização e exportação de minério de ferro por meio de (i) um porto privado a ser construído em Santos/SP, (ii) uma capacidade de transporte ferroviária garantida nos termos de um contrato de prestação de serviços de transporte celebrado com a ALL, e (iii) uma mina própria localizada no Maciço de Urucum, na região de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul. O Maciço de Urucum é rico em minério de ferro de alta qualidade, com teor de ferro estimado superior a 62%.

Com a implantação do projeto, a Companhia passará a deter 15,79% de participação, a ALL 50,38% e a Vetorial 33,83%.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 22 de março de 2012.

Algumas rubricas no balanço patrimonial consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2010 foram reclassificadas para permitir a comparabilidade. As reclassificações foram efetuadas como segue:

	Consolidado		
	31/12/10	Reclassificação	31/12/10 Reclassificado
Imobilizado	992.380	13.402	1.005.782
Intangível	1.143.487	(13.402)	1.130.085
	2.135.867	-	2.135.867

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, compreendem:

- a) as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”
- b) As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

### **2.1. Declaração de conformidade--Continuação**

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado.

### **2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

#### **2.2.1 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

### **2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira--Continuação**

#### **2.2.2 Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.



## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

### 2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto na proporção das suas participações, conforme segue:

Companhias	Controle	31/12/11		31/12/10	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Gualba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Gualba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada em conjunto	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada em conjunto	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada em conjunto	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A. ("Maris Gaudium") (i)	Controlada	-	100,0	-	100,0
Starport Participações Ltda. ("Starport") (i)	Controlada	-	99,9	-	99,9
Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita") (iii), (viii)	Controlada	12,0	88,0	1,5	88,0
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	Controlada	-	100,0	-	89,5
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave") (vi)	Controlada	100,0	-	100,0	-
Portonave S.A. - Terminais Portuários ("Portonave")	Controlada	100,0	-	-	-
Maestra Navegação S.A. ("Maestra") (ix)	Controlada em conjunto	58,5	-	99,7	-
Maestra Shipping LLP ("Maestra LLP") (x)	Controlada em conjunto	-	58,5	-	-
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (ix)	Controlada em conjunto	58,5	-	65,0	-
NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL") (ix)	Controlada em conjunto	58,5	-	65,0	-
Trevally Participações e Investimentos S.A. ("Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Canoas Energia S.A. ("Rio Canoas")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro") (vii)	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	-	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela") (iv)	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca") (v)	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos S.A. ("Anddis")	Controlada	100,0	-	-	-
Dable Participações Ltda ("Dable")	Controlada	100,0	-	-	-
Jahy Participações Ltda ("Jahy")	Controlada	100,0	-	-	-
Santip Participações Ltda ("Santip")	Controlada	100,0	-	-	-
Luve Participações e Investimentos S.A. ("Luve")	Controlada	100,0	-	-	-
Santa Clara Participações e Investimentos S.A. ("Santa Clara")	Controlada	100,0	-	-	-
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá")	Controlada	100,0	-	-	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	Controlada	64,0	-	-	-

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

### **2.3. Critérios de consolidação--Continuação**

- (i) As controladas Maris Gaudium, Starport e TPI-Log detêm cada uma 16,7% de participação na Portonave S.A..
- (ii) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.
- (iii) A controlada Santa Rita detém 100,0% de participação na controlada TPB.
- (iv) Em 4 de março de 2011, a Freijó Participações Ltda. alterou sua denominação social para Estrela Energia S.A.
- (v) Em 4 de março de 2011, a Caddis Participações Ltda. alterou sua denominação social para Taboca Energia S.A.
- (vi) Em 29 de abril de 2011, a Lubina Participações e Investimentos S.A. alterou sua denominação social para MaNave S.A. – Terminais Portuários.
- (vii) Em 1 de julho de 2011, a Guaru Participações Ltda. alterou sua denominação social para Rio Claro Operação e Manutenção Ltda.
- (viii) Em 1 de setembro de 2011, a Triunfo adquiriu 12% de participação da Santa Rita, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).
- (ix) Em 18 de novembro de 2011, o armador japonês Nippon Yusen Kabushiki Kaisha ("NYK") adquiriu 10% dos investimentos na cabotagem, diluindo a participação da Triunfo de 65% para 58,5% na Maestra, Vessel-Log e NTL, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v).
- (x) A controlada Maestra detém 100,0% de participação na controlada Maestra LLP.

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 das controladas, sem efeito da participação proporcional, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

a) Segmento rodoviário

	<u>Econorte</u>	<u>Rio Tibagi</u>	<u>Concepa</u>	<u>Rio Guaíba</u>	<u>Concer</u>	<u>Rio Bonito</u>	<u>Convale</u>	<u>Rio Paraíba</u>	<u>Ecovale</u>
Ativo circulante	31.929	39.536	15.584	7.163	17.355	2.465	362	-	1
Ativo não circulante	279.800	4.308	327.379	1.078	644.790	4.908	14.661	-	-
Total do ativo	311.729	43.844	342.963	8.241	662.145	7.373	15.023	-	1
Passivo circulante	36.987	41.698	98.871	1.550	66.924	2.927	2	311	-
Passivo não circulante (i)	179.341	30	129.923	69	158.306	1.138	-	88	-
Patrimônio líquido (i)	95.401	2.116	114.169	6.622	436.915	3.308	15.021	(399)	1
Total do passivo e patrimônio líquido	311.729	43.844	342.963	8.241	662.145	7.373	15.023	-	1
Receita operacional líquida	147.816	34.383	203.595	42.620	256.509	44.045	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(97.320)	(16.123)	(150.693)	(9.169)	(182.615)	(19.154)	-	-	-
Lucro bruto	50.496	18.260	52.902	33.451	73.894	24.891	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(13.745)	(1.737)	(9.670)	(1.370)	(21.636)	(1.323)	(49)	(10)	(40)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	36.751	16.523	43.232	32.081	52.258	23.568	(49)	(10)	(40)
Resultado financeiro, líquido	(13.754)	(360)	(26.243)	(56)	(11.707)	(159)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	22.997	16.163	16.989	32.025	40.551	23.409	(49)	(10)	(40)
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	(11.787)	(2.750)	(9.937)	(1.606)	(23.132)	(1.926)	-	-	-
Diferidos	3.972	-	4.801	-	9.191	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	15.182	13.413	11.853	30.419	26.610	21.483	(49)	(10)	(40)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

b) Segmento portuário

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Maris Gaudium</u>	<u>Starport</u>	<u>Santa Rita</u>	<u>TPB</u>	<u>TPI - Log</u>	<u>MaNave</u>	<u>Portonaus</u>
Ativo circulante	80.281	19.929	2.153	1.861	1.861	6	-	5.580	1	11
Ativo não circulante	1.614.872	8.107	29.427	155.713	155.713	93.727	70.200	649.389	4.633	46
Total do ativo	1.695.153	28.036	31.580	157.574	157.574	93.733	70.200	654.969	4.634	57
Passivo circulante	213.942	24.435	2.440	1.859	1.859	483	7	5.578	121	60
Passivo não circulante (i)	546.935	11	499	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	934.276	3.590	28.641	155.715	155.715	93.250	70.193	649.391	4.513	(3)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.695.153	28.036	31.580	157.574	157.574	93.733	70.200	654.969	4.634	57
Receita operacional líquida	185.116	117.879	44.582	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(134.389)	(119.746)	(8.223)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	50.727	(1.867)	36.359	-	-	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(2.689)	(2.463)	(2.528)	285	398	(358)	(44)	589	(148)	(278)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	48.038	(4.330)	33.831	285	398	(358)	(44)	589	(148)	(278)
Resultado financeiro, líquido	(49.943)	(4.174)	(38)	-	-	(25)	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(1.905)	(8.504)	33.793	285	398	(383)	(44)	589	(148)	(278)
Imposto de renda e contribuição social										
Correntes	(13.424)	-	(5.125)	-	-	-	-	-	-	-
Diferidos	17.728	8.094	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.399	(410)	28.668	285	398	(383)	(44)	589	(148)	(278)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

c) Energia e outros

	<u>Rio Canoas</u>	<u>Rio Claro</u>	<u>TNE</u>	<u>Tucano</u>	<u>Retirinho</u>	<u>Guariroba</u>	<u>Estrela</u>	<u>Taboca</u>
Ativo circulante	123.891	-	1	-	-	1	-	833
Ativo não circulante	263.079	1	-	5.628	355	1.785	247	418
Total do ativo	386.970	1	1	5.628	355	1.786	247	1.251
Passivo circulante	186.087	-	-	8	-	-	19	20
Passivo não circulante (i)	16.770	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	184.113	1	1	5.620	355	1.786	228	1.231
Total do passivo e patrimônio líquido	386.970	1	1	5.628	355	1.786	247	1.251
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(1.237)	(1)	(8)	(155)	(17)	(43)	(7)	(6)
Lucro antes do resultado financeiro	(1.237)	(1)	(8)	(155)	(17)	(43)	(7)	(6)
Resultado financeiro, líquido	877	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(360)	(1)	(8)	(155)	(17)	(43)	(7)	(6)
Imposto de renda e contribuição social								
Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	(360)	(1)	(8)	(155)	(17)	(43)	(7)	(6)

	<u>Anddis</u>	<u>Dable</u>	<u>Jahy</u>	<u>Santip</u>	<u>Luve</u>	<u>Santa Clara</u>	<u>Tijóá</u>	<u>Rio Dourado</u>	<u>ATTT</u>
Ativo circulante	-	-	-	-	1	1	1	-	-
Ativo não circulante	1	1	1	1	-	-	-	-	1
Total do ativo	1	1	1	1	1	1	1	-	1
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	1	1	1	1	1	1	1	-	1
Total do passivo e patrimônio líquido	1	1	1	1	1	1	1	-	1
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(1)	(1)	(1)	(1)	(39)	(39)	(39)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	(1)	(1)	(1)	(1)	(39)	(39)	(39)	-	-
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(1)	(1)	(1)	(1)	(39)	(39)	(39)	-	-
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	(1)	(1)	(1)	(1)	(39)	(39)	(39)	-	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

d) Serviços de cabotagem

	<u>Maestra</u>	<u>Maestra LLP</u>	<u>Vessel Log</u>	<u>NTL</u>	<u>Trevally</u>
Ativo circulante	3.314	4.398	12.520	11.705	1
Ativo não circulante	91.364	42.295	81.676	102.218	9.561
Total do ativo	94.678	46.693	94.196	113.923	9.562
Passivo circulante	13.617	-	24.345	13.955	-
Passivo não circulante (i)	87.813	-	63.635	103.490	9.561
Patrimônio líquido (i)	(6.752)	46.693	6.216	(3.522)	1
Total do passivo e patrimônio líquido	94.678	46.693	94.196	113.923	9.562
Receita operacional líquida	2.382	1.374	10.262	12.325	-
Custo dos serviços prestados	-	-	(13.908)	(18.235)	-
Lucro (prejuízo) bruto	2.382	1.374	(3.646)	(5.910)	-
Despesas operacionais, líquidas	(6.028)	(838)	(10.440)	(24.891)	(11)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(3.646)	536	(14.086)	(30.801)	(11)
Resultado financeiro, líquido	(3.125)	(530)	(7.500)	(7.160)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(6.771)	6	(21.586)	(37.961)	(11)
Imposto de renda e contribuição social					
Diferidos	2.292	-	7.339	12.907	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.479)	6	(14.247)	(25.054)	(11)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

### 2.3. Critérios de consolidação--Continuação

#### 2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro líquido	
	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
<b>Controladora</b>	<b>1.360.252</b>	<b>1.370.819</b>	<b>21.802</b>	<b>32.458</b>
<b>Equivalência patrimonial não reconhecida:</b>				
Rio Paraíba	-	(388)	<b>388</b>	(19)
Maestra	-	-	<b>100</b>	(98)
Rio Guaíba	-	-	-	(287)
Esparta	-	-	-	1.955
Outras controladas	-	7	<b>73</b>	(24)
<b>Participação de acionistas não controladores</b>	-	37.077	<b>(11.475)</b>	(3.313)
<b>Consolidado</b>	<b>1.360.252</b>	<b>1.407.515</b>	<b>10.888</b>	<b>30.672</b>

No período que serviu de base para a preparação das Demonstrações Financeiras, as controladas Rio Paraíba e Maestra apresentam passivo a descoberto. Por consequência, os investimentos nas respectivas controladas estão registrados pelo valor zero nas demonstrações financeiras da controladora em 2010.

Em 2011, a Companhia reavaliou a política adotada e passou a reconhecer investimentos negativos para os quais apresentam passivos a descoberto, sendo os mesmos reconhecidos na rubrica de “Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias”.

A Rio Guaíba, em 2010, reverteu o seu passivo a descoberto, passando a ser reconhecido esse investimento pela controladora. Consequentemente, o resultado negativo de anos anteriores foi reconhecido neste ano no resultado da controladora.

Em 1 de março de 2010, ocorreu cisão parcial da Esparta com acervo vertido para a controlada Concepa, a qual, não reconheceu em seu resultado o passivo a descoberto provindo da Esparta.

### 2.4. Expansão das notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Estas demonstrações financeiras tiveram suas notas explicativas complementadas em relação às divulgadas em 26 de março de 2012 com o objetivo de atender às orientações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme Ofício/CVM/SRE/SEP/Nº61/2012 de 19 de setembro de 2012, tendo em vista o registro da oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da quarta emissão da Companhia. Os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa não foram alterados em relação à



divulgação anterior. As notas explicativas expandidas foram: 2.3, 12c), 13, 14, 17, 27, 31, 32 e 34.

### **3. Sumário das principais práticas contábeis**

#### **a) Critério de reconhecimento da receita**

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuário. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto a sua realização.

##### *Receita de pedágio*

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

##### *Receita de construção*

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, quando esta resultar em direito adicional de receita.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

##### *Prestação de serviços portuários*

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### a) Critério de reconhecimento da receita--Continuação

##### *Prestação de serviços de cabotagem*

As receitas com prestações de serviços de cabotagem são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos aos clientes compradores e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços.

##### *Venda de produtos*

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

##### *Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias*

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros, as quais são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

##### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes a arrecadação das praças de pedágio e aplicações financeiras. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

### **3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

c) Aplicações financeiras vinculadas

A Companhia e as controladas Concepa e Econorte mantêm aplicações financeiras vinculadas ao pagamento das remunerações e amortizações do principal das debêntures, cujas características quanto ao risco e remuneração são similares as demais aplicações financeiras mantidas pela Companhia. A controlada indireta Portonave possui valores em conta vinculada a GE Capital Co., principal credora da controlada, o qual refere-se a “escrow account” junto ao Deutsche Bank S/A, para recebimento dos adiantamentos efetuados pela companhia seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da controlada. Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores contratados para a reconstrução da câmara frigorífica.

d) Contas a receber de clientes

Estão apresentados a valor justo, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Despesas de exercícios seguintes

Referem-se substancialmente aos prêmios de seguros, sendo amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de seguros.

f) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo como empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### g) Imobilizado

É apresentado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas apuradas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos destinados à construção de bens do imobilizado são apropriados aos custos dos bens do imobilizado em construção até a entrada em operação e início da geração de receita, sendo amortizados proporcionalmente à realização desses bens.

A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

As controladas Rio Verde e Portonave optaram por efetuar os ajustes ao custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, de certos bens do seu ativo imobilizado, conforme determinação do ICPC 10, assim como efetuaram a revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado.

#### h) Intangível

Ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou construção e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico: (i) a expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelos prazos de 5 a 10 anos contados desde as datas das transações que os originaram até 31 de dezembro de 2008; e (ii) a aquisição do direito de exploração da concessão, estão sendo amortizados pelo prazo remanescente da concessão, conforme previsto na Instrução Normativa CVM nº 247/96.

A partir de 1º de janeiro de 2009 os saldos dos ágios fundamentados na expectativa de rentabilidade futura passaram a ser submetidos ao teste para análise de perdas dos seus valores recuperáveis, portanto não são mais amortizados.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Intangível--Continuação

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito adicional de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O ativo intangível que foi reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 representa o ativo imobilizado registrado desde o início das concessões rodoviárias, o qual está demonstrado ao custo de reposição.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis de concessão de rodovias é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estarão alinhadas e reconhecidas consistentemente durante prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### *Custos de pesquisa e desenvolvimento*

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento de novos projetos são capitalizados, se tiverem viabilidade econômica, transferidos para o custo final do bem e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Intangível--Continuação

##### *Custos de pesquisa e desenvolvimento--Continuação*

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

##### *Contratos de concessão – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)*

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento dos investimentos da Companhia à norma:

- a) o poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- b) o poder concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para as concessionárias de rodovias, a Companhia entende que os dois requisitos são atendidos para a aplicação do ICPC 01. Já com relação à geradoras de energia e o porto, os mesmos estão fora da aplicação do ICPC 01, pois ambos não se enquadram ao item (a) anterior.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Intangível--Continuação

##### *Contratos de concessão – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)--Continuação*

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01 não prevêm pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar pedágio dos usuários das rodovias.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Intangível--Continuação

##### *Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional*

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhadas na nota explicativa nº 33.

##### *Reconhecimento de receita e margem de construção*

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, a Companhia determinou impraticável a definição de margem com relação às receitas de construção.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

##### *Amortização do ativo intangível de concessão de rodovias*

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.



### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Intangível--Continuação

##### *Provisão para manutenção de rodovias*

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção, conforme descrito na nota explicativa nº 15, é registrada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

#### i) Obrigação da concessão (concessão onerosa)

Para o aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, as controladas devem recolher à União, a partir da entrada em operação até o final da concessão parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto pelo Uso de Bem Público ("UBP"), corrigidos anualmente ou com periodicidade que a legislação permitir.

### **3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

#### **j) Avaliação da recuperação de ativos de longo prazo ("impairment")**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos e ágio com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### k) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia apenas se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### l) Impostos

##### *Imposto de renda e contribuição social – Correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### I) Impostos--Continuação

##### *Impostos diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### I) Impostos--Continuação

##### *Impostos diferidos--Continuação*

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

##### *Impostos sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros

##### (i) *Ativos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais, outros recebíveis e instrumentos financeiros cotados e não cotados.

##### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não designaram nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

##### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*--Continuação

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os mesmos não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos. A companhia não mantém contratos com derivativos embutidos.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.



### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### *Investimentos mantidos até o vencimento*

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeira, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

###### *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

##### Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Quando o investimento não é reconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia e suas controladas forem estabelecidos.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Não há variação de valor justo não realizado de investimentos disponíveis para venda em 2009 e 2010.

##### Não reconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### Não reconhecimento (baixa)--Continuação

Quando a Companhia e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia e suas controladas com o ativo.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiverem.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia e suas controladas, dos dois o menor.

##### (ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. A Companhia e suas controladas não identificaram evidências de perdas em ativos financeiros nas datas dos balanços.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

###### Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia e suas controladas concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

###### Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e suas controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

###### Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia e suas controladas avaliam se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

##### Investimentos financeiros disponíveis para venda--Continuação

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

##### (iii) *Passivos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (iii) *Passivos financeiros*--Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

##### Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não negociaram e nem apresentaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (iii) *Passivos financeiros*--Continuação

###### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

###### Não reconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

##### (iv) *Instrumentos financeiros – Apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### (v) *Valor justo de instrumentos financeiros*

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.



### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (v) *Valor justo de instrumentos financeiros*

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 30.

#### n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

##### *Julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

##### *Compromissos de Arrendamento Mercantil Operacional – Companhia e suas controladas como Arrendadores*

A Companhia e suas controladas determinaram, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assumem todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens e, desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

##### *Participações a comercializar e operações descontinuadas*

Em 2009, a Administração da Companhia anunciou a decisão de vender a subsidiária do segmento de geração de energia elétrica, Rio Verde, assim, o investimento nessa controlada foi classificado como Participações a Comercializar, nas demonstrações financeiras da controladora, e como Operações Descontinuadas, nas demonstrações financeiras consolidadas. A Administração da Companhia considerou que a controlada satisfaz os critérios para ser classificada como mantida para venda na referida data pelos seguintes motivos:

- A Rio Verde está disponível para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.
- A Administração da Companhia tem um plano para a venda da Rio Verde e iniciou negociações preliminares com um potencial comprador. Outros potenciais compradores foram identificados, caso as negociações com o primeiro potencial comprador não resultem em venda.
- A Administração da Companhia espera que as negociações sejam finalizadas, e a venda concluída até final do primeiro semestre de 2012.

Maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 10.

##### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

##### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### *Amortização do ativo intangível*

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

##### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

##### *Valor Justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. O mesmo é aplicado aos itens de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações financeiras.

### **3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

p) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

q) Participação em Joint Ventures (Controladas em conjunto)

A Companhia mantém participação em joint venture, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades da Companhia. A Companhia reconhece sua participação na joint venture utilizando a consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da joint venture, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da joint venture são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas demonstrações consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação desta nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e sua joint venture. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. A joint venture é proporcionalmente consolidada até a data em que a Companhia deixe de exercer controle conjunto.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Companhia passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga joint venture e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da joint venture. Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### r) Transações envolvendo pagamentos em ações

Funcionários (inclusive executivos sênior) da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados conforme descrito na nota explicativa nº 25.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas com pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

### **3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

#### **r) Transações envolvendo pagamentos em ações--Continuação**

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas com pessoal” correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído conforme descrito em nota explicativa nº 23 e).

#### **3.1. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC**

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações para efeitos de IFRS: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada); IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.



### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.1. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC--Continuação

Em relação aos pronunciamentos IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada, que passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Estes pronunciamentos serão adotados também pelo CPC e a Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras, com exceção da adoção do IFRS 11 – Empreendimentos em Conjunto, o qual pode alterar a apresentação dos balanços patrimoniais e resultado consolidado da Companhia.

O IFRS 11 substituirá o IAS 31, sendo sua principal mudança as formas de reconhecer uma joint ventures. Pelo IFRS 11, não existirá a possibilidade de controle compartilhado de entidades por meio de consolidação proporcional, sendo assim, as entidades de controle compartilhado (joint ventures) somente cabem o reconhecimento do investimento e sua equivalência patrimonial. Em consequência, certas investidas no segmento de Porto, Rodovia e Cabotagem da Triunfo poderão não ser consolidadas.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Disponibilidades	<b>6.805</b>	2.941	<b>115.929</b>	51.170
Aplicações financeiras	<b>7.436</b>	11	<b>26.008</b>	9.519
	<b>14.241</b>	2.952	<b>141.937</b>	60.689

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

## 5. Aplicações financeiras vinculadas

A Triunfo e suas controladas Concepa e Econorte constituem reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. A controlada Portonave possui um “escrow account” junto ao Deutsche Bank para recebimento dos adiantamentos efetuados pela seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii). Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores para a reconstrução da câmara frigorífica. Os saldos apresentados são os seguintes:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Triunfo (controladora)	<b>26.523</b>	25.130
Concepa	<b>7.597</b>	7.790
Econorte	<b>14.686</b>	3.527
Portonave	<b>6.777</b>	6.407
	<b>55.583</b>	42.854
Parcela do circulante	<b>55.533</b>	39.327
Parcela do não circulante	<b>50</b>	3.527

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

## 6. Contas a receber

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	<b>17.114</b>	11.573
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	<b>18.978</b>	7.191
Serviços de cabotagem	<b>10.327</b>	-
Celesc Distribuição – Reembolso Linha de Transmissão	-	7.556
Operação de trading	-	1.687
Outras contas a receber	<b>40</b>	45
	<b>46.459</b>	28.052
Provisão para devedores duvidosos	<b>(100)</b>	(83)
	<b>46.359</b>	27.969
Parcela do circulante	<b>45.402</b>	27.969
Parcela do não circulante	<b>957</b>	-

## 6. Contas a receber--Continuação

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	31/12/11	31/12/10
A vencer	<b>46.359</b>	27.969
Vencidos há mais de 90 dias	<b>100</b>	83
	<b>46.459</b>	28.052

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	<b>(83)</b>	(61)
Adições	<b>(17)</b>	(22)
Saldo no final do exercício	<b>(100)</b>	(83)

## 7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	<b>4.231</b>	2.986	<b>4.609</b>	3.337
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	<b>128</b>	124
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	<b>1.736</b>	687	<b>2.598</b>	1.034
Programa de Integração Social – PIS	<b>8</b>	8	<b>47</b>	37
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	<b>177</b>	133
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	<b>32</b>	32	<b>2.563</b>	1.855
Outros	<b>59</b>	50	<b>259</b>	236
	<b>6.066</b>	3.763	<b>10.381</b>	6.756
Parcela do circulante	<b>6.066</b>	3.763	<b>8.071</b>	5.879
Parcela do não circulante	-	-	<b>2.310</b>	877

## 8. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
<u>Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social:</u>		
Imposto de renda diferido	10.513	2.991
Contribuição social diferida	3.784	1.077
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	13.908	9.489
Contribuição social diferida	5.007	3.417
	<b>33.212</b>	<b>16.974</b>

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização do ágio advindo de incorporação da controlada Concepa e ativos diferidos reconhecidos no resultado em 2008.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração das controladas, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral destes créditos é superior a 12 meses.

## 9. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$46.322, R\$45.631 e de R\$36.887, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das Demonstrações Financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas Demonstrações Financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

## 9. Operações com partes relacionadas--Continuação

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	31/12/11			31/12/10		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Econorte	10.000	-	-	4.159	-	-
Concer	158	-	-	689	-	-
Rio Verde	2.458	-	-	264	-	-
Concepa	6.717	-	-	-	-	-
TPI-Log	5.578	-	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (iii)	-	38.969	3.568	-	-	-
Outros:						
Concepa	31	-	374	336	-	336
Outros	-	101	-	-	96	-
Total do circulante	24.942	39.070	3.942	5.448	96	336
Mútuos financeiros:						
Portonave (i)	48.568	-	7.774	40.794	-	4.289
Concepa	-	-	28	34.173	-	4.284
NTL (ii)	22.372	-	3.607	39.832	-	2.430
Maestra	-	-	13	-	-	-
Vetorial (iv)	216	-	1	-	-	-
Outros:						
Outros	234	-	-	112	-	-
Total do não circulante	71.390	-	11.423	114.911	-	11.003
Total	96.332	39.070	15.365	120.359	96	11.339

- (i) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualização da participação dos sócios.
- (ii) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,75% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.

Os principais contratos firmados em 2011 entre as concessionárias de rodovia e empresas de serviço são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

## 9. Operações com partes relacionadas--Continuação

	Consolidado					
	31/12/11			31/12/10		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Rio Verde	2.736	-	-	-	-	-
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	-	534	-	-	2.262	-
CTSA (Portonave) (i)	-	262	-	-	667	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	3.539	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	1.252	-	-	931	-
Outros:						
Outros	-	2	-	26	94	-
<b>Total do circulante</b>	<b>2.736</b>	<b>5.589</b>	<b>-</b>	<b>26</b>	<b>3.954</b>	<b>-</b>
Mútuos financeiros:						
NTL (iii)	9.284	-	1.497	-	-	-
Vetorial (iv)	216	-	1	-	-	-
Outros:						
Outros	142	-	-	-	-	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>9.642</b>	<b>-</b>	<b>1.498</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (v)	74	-	17.551	11.524	-	4.927
CTSA (Rio Canoas) (vi)	31.985	-	-	25.000	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (v)	28.507	-	2.759	6.301	-	1.343
<b>Total do não circulante</b>	<b>70.208</b>	<b>-</b>	<b>21.808</b>	<b>42.825</b>	<b>-</b>	<b>6.270</b>
<b>Total</b>	<b>72.944</b>	<b>5.589</b>	<b>21.808</b>	<b>42.851</b>	<b>3.954</b>	<b>6.270</b>

- (i) As Concessionárias de Rodovias e a Portonave contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iii) A Triunfo e a NTL possuem um mútuo entre elas. Os saldos das remessas efetuada pelo sócio quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (v) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (vi) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e está classificado no saldo do Ativo Imobilizado.

## 10. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 31 de dezembro de 2011, o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda, sendo o investimento, no montante de R\$ 260.544 (R\$ 259.475 em 31 de dezembro de 2010), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos da controlada Rio Verde foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

Participações a comercializar			
	Participação (%)	31/12/11	31/12/10
Capital Social	99,99	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	30.428	35.426
Ajuste de avaliação patrimonial	100	89.701	93.202
Reserva legal	100	517	-
Resultado acumulado	100	9.898	847
		<b>260.544</b>	<b>259.475</b>

A equivalência patrimonial calculada neste período foi de R\$8.261.

## 10. Participações a comercializar e operações descontinuadas -- Continuação

Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão apresentados a seguir:

<b><u>Balanços Patrimoniais de operações descontinuadas</u></b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Ativos</b>		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	248	59
Contas a receber	9.230	9.590
Impostos a recuperar	8.007	8.065
Aplicações financeiras vinculadas	17.625	13.203
Despesas antecipadas	268	603
Outros créditos	542	48
	<b>35.920</b>	<b>31.568</b>
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.017	8.207
Impostos a recuperar	16.001	24.004
Imobilizado	592.966	615.531
Intangível	47	11.651
	<b>613.031</b>	<b>659.393</b>
Total do ativo	<b>648.951</b>	<b>690.961</b>
<b><u>Balanços Patrimoniais de operações descontinuadas</u></b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Passivo</b>		
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	22.056	29.373
Fornecedores	1.129	1.825
Salários e encargos sociais	148	151
Obrigações fiscais	3.744	5.417
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.910	1.952
Dividendos a pagar	2.458	278
Outras obrigações	4.406	6.187
	<b>37.851</b>	<b>45.183</b>
Passivo não circulante		
Empréstimo e financiamentos	304.259	326.312
Imposto de renda e contribuição social		
Diferidos	46.209	48.013
Outras obrigações	88	11.978
	<b>350.556</b>	<b>386.303</b>
Patrimônio líquido		
Capital social	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.428	35.426
Ajuste de avaliação patrimonial	89.701	93.202
Reserva legal	517	-
Reserva de lucros	9.898	847
Total do patrimônio líquido	<b>260.544</b>	<b>259.475</b>
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>648.951</b>	<b>690.961</b>



## 10. Participações a comercializar e operações descontinuadas-- Continuação

<b>Demonstração do resultado de operações descontinuadas</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Receita operacional líquida	<b>91.365</b>	56.052
Custos operacionais		
Salários e encargos sociais	<b>(206)</b>	(157)
Administradores	<b>(552)</b>	(417)
Operação e manutenção	<b>(9.153)</b>	(3.594)
Compra de energia elétrica	<b>(380)</b>	(7.237)
Depreciação	<b>(22.590)</b>	(9.094)
Amortização	<b>(981)</b>	(609)
Encargos do setor elétrico	<b>(11.245)</b>	(8.417)
Total dos custos operacionais	<b>(45.107)</b>	(29.525)
Lucro operacional bruto	<b>46.258</b>	26.527
Despesas operacionais, líquidas		
Salários e encargos sociais	<b>(1.170)</b>	(1.511)
Administradores	<b>(410)</b>	(261)
Administrativas	<b>(1.587)</b>	(2.339)
Despesa com provisão para devedores duvidosos	<b>(948)</b>	-
Depreciação e amortização	<b>(126)</b>	(99)
Outras receitas e despesas	<b>(539)</b>	(326)
Total das despesas operacionais, líquidas	<b>(4.780)</b>	(4.536)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	<b>41.478</b>	21.991
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	<b>1.524</b>	513
Despesas financeiras	<b>(29.631)</b>	(20.621)
Total do resultado financeiro	<b>(28.107)</b>	(20.108)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	<b>13.371</b>	1.883
Imposto de renda e contribuição social corrente	<b>(7.126)</b>	(1.991)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>2.016</b>	5.831
Lucro líquido do período	<b>8.261</b>	5.723
Lucro por ação básico e diluído – R\$	<b>0,1170</b>	0,0811

## 10. Participações a comercializar e operações descontinuadas--

### Continuação

<b>Fluxos de Caixa de operações descontinuadas</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	<b>8.261</b>	5.723
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Depreciação	<b>22.716</b>	9.193
Amortização	<b>981</b>	609
Provisão para devedores duvidosos	<b>948</b>	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>21.938</b>	27.062
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(2.016)</b>	(5.831)
Baixa de bens do imobilizado	<b>222</b>	-
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	<b>(589)</b>	(9.590)
Impostos a recuperar	<b>8.061</b>	(26)
Outros variações no ativo ativos	<b>(3.358)</b>	(12.177)
Fornecedores	<b>(696)</b>	(11.124)
Obrigações sociais	<b>(3)</b>	35
Obrigações fiscais	<b>(1.673)</b>	4.211
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>1.958</b>	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>(26.084)</b>	(7.378)
Outras obrigações	<b>4.774</b>	15.991
Dividendos a pagar	<b>2.458</b>	278
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<b>37.898</b>	16.976
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	<b>(373)</b>	(37.046)
Adições ao ativo intangível e diferido	<b>(386)</b>	(12.235)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>(759)</b>	(49.281)
Atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	<b>2</b>	17.500
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	<b>(5.000)</b>	-
Captações por meio de empréstimos e financiamentos	<b>-</b>	36.914
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	<b>(29.494)</b>	(22.350)
Distribuição de dividendos	<b>(2.458)</b>	(278)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<b>(36.950)</b>	31.786
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	<b>189</b>	(519)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<b>59</b>	578
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<b>248</b>	59

## 10. Participações a comercializar e operações descontinuadas--

### Continuação

<b>Demonstrações do valores adicionados de operações descontinuadas</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Receitas	<b>100.578</b>	95.741
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	37.046
Receitas relativas à venda de energia	<b>101.526</b>	58.695
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<b>(948)</b>	-
Insumos adquiridos de terceiros	<b>(23.574)</b>	(52.977)
Custos aplicados nos ativos próprios	<b>(21.645)</b>	(48.066)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(1.929)</b>	(4.911)
Valor adicionado bruto	<b>77.004</b>	42.764
Depreciação	<b>(22.716)</b>	(9.193)
Amortização	<b>(981)</b>	(609)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<b>53.307</b>	32.962
Valor adicionado recebido em transferência	<b>1.524</b>	513
Receitas financeiras	<b>1.524</b>	513
Valor adicionado total a distribuir	<b>54.831</b>	33.475
 Distribuição do valor adicionado	 <b>54.831</b>	 33.475
Pessoal	<b>1.938</b>	2.086
Remuneração direta	<b>1.638</b>	1.272
Benefícios	<b>230</b>	746
F.G.T.S.	<b>70</b>	68
Impostos, taxas e contribuições	<b>14.889</b>	5.045
Federais	<b>14.850</b>	4.325
Estaduais	<b>36</b>	700
Municipais	<b>3</b>	20
Remuneração de capitais de terceiros	<b>29.743</b>	20.621
Juros relativos à capitais de terceiros	<b>29.631</b>	20.621
Aluguéis	<b>112</b>	-
Lucros (prejuízo) retidos do exercício	<b>8.261</b>	5.723
Lucro (prejuízo) do período	<b>8.261</b>	5.723

#### Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação da controlada Rio Verde como “Participações a Comercializar” e “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas”, o valor recuperável dos itens do imobilizado foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

## 11. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Gastos com apólices de seguros (i)	<b>84</b>	83	<b>6.074</b>	5.357
Outros gastos	<b>37</b>	60	<b>125</b>	201
	<b>121</b>	143	<b>6.199</b>	5.558
Parcela do circulante	<b>121</b>	143	<b>4.324</b>	5.558
Parcela do não circulante	-	-	<b>1.875</b>	-

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

## 12. Investimentos

### a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Investimentos permanentes em 31/12/11	Investimentos permanentes em 31/12/10
Econorte	95.401	100,0%	95.401	-	95.401	126.390
Rio Tibagi	2.116	100,0%	2.116	-	2.116	3.340
Concepa	114.169	100,0%	114.169	-	114.169	112.419
Rio Guaíba	6.622	100,0%	6.622	-	6.622	3.053
Concer	436.915	62,5%	273.072	-	273.072	259.631
Rio Bonito	3.308	62,5%	2.068	-	2.068	1.203
Convale	350	100,0%	350	9	359	366
Maestra	-	58,5%	-	-	-	482
Vessel-Log	6.216	58,5%	3.636	-	3.636	10.222
Tucano	5.620	100,0%	5.620	-	5.620	1.468
Retirinho	355	100,0%	355	-	355	244
Guariroba	1.786	100,0%	1.786	-	1.786	1.693
Santa Rita	93.249	12,0%	11.190	-	11.190	3.747
Estrela	228	100,0%	228	-	228	-
Rio Dourado	1	100,0%	1	-	1	-
TPI-Log	668.065	100,0%	668.065	-	668.065	656.077
NTL	-	58,5%	-	-	-	10.284
Trevally	1	100,0%	1	-	1	2
MaNave	4.513	100,0%	4.513	-	4.513	3
Rio Canoas	184.113	100,0%	184.113	-	184.113	30.403
Taboca	1.231	100,0%	1.231	-	1.231	1
TNE	1	100,0%	1	-	1	-
Anddis	1	100,0%	1	-	1	-
Dable	1	100,0%	1	-	1	-
Jahy	1	100,0%	1	-	1	-
Santip	1	100,0%	1	-	1	-
Luve	1	100,0%	1	-	1	-
Santa Clara	1	100,0%	1	-	1	-
Tijoá	1	100,0%	1	-	1	-
ATTT	1	64,0%	1	-	1	-
Rio Claro	1	100,0%	1	-	1	1
<b>Total Investimentos</b>	<b>1.624.269</b>		<b>1.374.547</b>	<b>9</b>	<b>1.374.556</b>	<b>1.221.029</b>
Rio Paraíba	(399)	100,0%	(399)	-	(399)	-
Ecovale	1	52,5%	1	(52)	(51)	-
Maestra	(6.752)	58,5%	(3.950)	-	(3.950)	-
NTL	(3.522)	58,5%	(2.060)	(308)	(2.368)	-
Portonaus	(3)	100,0%	(3)	-	(3)	-
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	<b>(10.675)</b>		<b>(6.411)</b>	<b>(360)</b>	<b>(6.771)</b>	<b>-</b>
<b>Total Investimentos Líquido</b>	<b>1.613.594</b>		<b>1.368.136</b>	<b>(351)</b>	<b>1.367.785</b>	<b>1.221.029</b>

## 12. Investimentos--Continuação

### b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/10	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	Ganho na diluição de participação	Devolução de AFAC	Transferência	Investimentos permanentes em 31/12/11	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/10
Econorte	126.390	-	15.182	(46.171)	-	-	-	95.401	16.634
Rio Tibagi	3.340	-	13.413	(14.637)	-	-	-	2.116	11.844
Concepa	112.419	-	11.853	(10.103)	-	-	-	114.169	(3.630)
Rio Guaíba	3.053	-	30.419	(26.850)	-	-	-	6.622	23.743
Concer	259.631	-	16.631	(3.190)	-	-	-	273.072	10.903
Rio Bonito	1.203	-	13.427	(12.562)	-	-	-	2.068	12.888
Convale	366	41	(48)	-	-	-	-	359	(43)
Rio Paraíba	-	-	(399)	-	-	-	-	(399)	-
Ecovale	-	34	(85)	-	-	-	-	(51)	-
Maestra (i)	482	243	(4.682)	-	2.905	(2.898)	-	(3.950)	(2.164)
Vessel-Log (i)	10.222	-	(9.093)	-	2.524	-	(17)	3.636	(2.493)
Tucano	1.468	4.307	(155)	-	-	-	-	5.620	(34)
Retirinho	244	128	(17)	-	-	-	-	355	(3)
Guariroba	1.693	136	(43)	-	-	-	-	1.786	(4)
Santa Rita	3.747	7.476	(33)	-	-	-	-	11.190	(3)
Estrela	-	235	(7)	-	-	-	-	228	-
Rio Dourado	-	1	-	-	-	-	-	1	(1)
TPI-Log	656.077	31.359	589	(19.960)	-	-	-	668.065	13.511
NTL (i)	10.284	-	(16.023)	-	3.371	-	-	(2.368)	(3.612)
Trevally	2	10	(11)	-	-	-	-	1	(3)
MaNave	3	4.658	(148)	-	-	-	-	4.513	(3)
Portonaus	-	275	(278)	-	-	-	-	(3)	-
Rio Canoas	30.403	154.070	(360)	-	-	-	-	184.113	(348)
Taboca	1	1.236	(6)	-	-	-	-	1.231	(1)
TNE	-	9	(8)	-	-	-	-	1	-
Anddis	-	2	(1)	-	-	-	-	1	-
Dable	-	2	(1)	-	-	-	-	1	-
Jahy	-	2	(1)	-	-	-	-	1	-
Santip	-	2	(1)	-	-	-	-	1	-
Luve	-	40	(39)	-	-	-	-	1	-
Santa Clara	-	40	(39)	-	-	-	-	1	-
Tijóá	-	40	(39)	-	-	-	-	1	-
ATTT	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Esparta	-	-	-	-	-	-	-	-	3.787
Rio Claro	1	-	-	-	-	-	-	1	(1)
Rio Verde (ii)	-	-	8.261	-	-	-	(8.261)	-	5.723
<b>Total</b>	<b>1.221.029</b>	<b>204.347</b>	<b>78.258</b>	<b>(133.473)</b>	<b>8.800</b>	<b>(2.898)</b>	<b>(8.278)</b>	<b>1.367.785</b>	<b>86.690</b>

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v), a aquisição de 10% dos investimentos na cabotagem pelo armador japonês NYK ocasionou a diluição da participação da Companhia de 65% para 58,5% nas empresas de cabotagem, gerando um ganho de R\$2.905 na Maestra, R\$2.524 na Vessel-Log e R\$3.371 na NTL.
- (ii) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii), em 31 de dezembro de 2011 o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda.

c ) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2011:

	Concer	Rio Bonito	Portonave	Iceport	Ecovale	Maestra	Maestra LLP	Vessel Loq	NTL
Ativo circulante	10.848	39.536	40.142	9.967	1	1.941	2.573	7.324	6.849
Ativo não circulante	402.994	4.308	807.438	4.054	0	53.448	24.743	47.779	59.798
Total do ativo	<b>413.842</b>	<b>43.844</b>	<b>847.580</b>	<b>14.021</b>	<b>1</b>	<b>55.389</b>	<b>27.316</b>	<b>55.103</b>	<b>66.647</b>
Passivo circulante	41.828	41.698	106.972	12.220	0	7.969	0	14.240	8.164
Passivo não circulante	98.942	30	273.469	6	0	51.370	0	37.227	60.543
Patrimônio líquido	273.072	2.116	467.139	1.795	1	-3.950	27.316	3.636	-2.060
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>413.842</b>	<b>43.844</b>	<b>847.580</b>	<b>14.021</b>	<b>1</b>	<b>55.389</b>	<b>27.316</b>	<b>55.103</b>	<b>66.647</b>
Receita operacional líquida	160.318	27.526	92.557	58.939	0	0	1.394	4.296	10.322
Custo dos serviços prestados	(114.136)	(11.972)	(67.195)	(59.873)	-	-	-	(5.311)	(15.120)
Lucro (prejuízo) bruto	<b>46.182</b>	<b>15.554</b>	<b>25.362</b>	<b>(934)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.394</b>	<b>(1.015)</b>	<b>(4.798)</b>
Despesas operacionais, líquidas	(13.521)	(827)	(1.345)	(1.232)		(21)	(5.559)	103	(24.196)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	<b>32.661</b>	<b>14.727</b>	<b>24.017</b>	<b>(2.166)</b>	<b>-</b>	<b>(21)</b>	<b>(4.165)</b>	<b>(912)</b>	<b>(28.994)</b>
Resultado financeiro, líquido	(7.317)	(100)	(24.971)	(2.087)			(2.675)	(1.365)	(6.433)
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	<b>25.344</b>	<b>14.627</b>	<b>(954)</b>	<b>(4.253)</b>	<b>-</b>	<b>(21)</b>	<b>(6.840)</b>	<b>(2.277)</b>	<b>(35.427)</b>
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	(14.458)	(1.204)	(6.712)	-	-	-	-	-	-
Diferidos	5.744		8.864	4.047	0	0	2.259	775	12.045
Lucro líquido (prejuízo) do período	<b>16.630</b>	<b>13.423</b>	<b>1.198</b>	<b>(206)</b>	<b>-</b>	<b>(21)</b>	<b>(4.581)</b>	<b>(1.502)</b>	<b>(23.382)</b>

A Companhia não possui quaisquer compromissos de aporte de capital em relação às suas participações nos empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

## 13. Imobilizado

Custo	Imobilizado em									
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. De Dados	Andamento (ii)	Veículos	Câmara frigorífica	Embarcações	Outros (iii)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	152.038	550.353	220.385	5.120	11.148	68.645	4.568	38.895	67.376	4.295
Construções / Aquisições	6.661	987	15.169	212	549	209.951	2.311	3.995	53.606	27.159
Baixas	-	-	(5)	(19)	-	-	(400)	-	-	-
Perda na diluição (i)	-	(17)	(51)	(144)	(172)	-	-	-	(39.631)	(18)
Transferências	381	(4.668)	6.710	11	(5)	(8.525)	(457)	(2)	-	943
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>159.080</b>	<b>546.655</b>	<b>242.208</b>	<b>5.180</b>	<b>11.520</b>	<b>270.071</b>	<b>6.022</b>	<b>42.888</b>	<b>81.351</b>	<b>32.379</b>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	-	(46.546)	(59.296)	(1.251)	(5.371)	-	(1.797)	(1.920)	-	(860)
Depreciação	-	(3.968)	(7.248)	(228)	(751)	-	(866)	(613)	(2.474)	(2.203)
Depreciação - Custo atribuído	-	(10.073)	(18.616)	(304)	(1.458)	-	(127)	(1.680)	-	(279)
Baixas	-	-	-	11	(1)	-	239	-	-	-
Perda na diluição (i)	-	2	3	19	12	-	-	-	957	2
Transferências	-	5.492	(11)	(1)	55	-	186	(128)	-	(61)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>-</b>	<b>(55.093)</b>	<b>(85.168)</b>	<b>(1.754)</b>	<b>(7.514)</b>	<b>-</b>	<b>(2.365)</b>	<b>(4.341)</b>	<b>(1.517)</b>	<b>(3.401)</b>
<b>Valor residual líquido</b>										
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	152.038	503.807	161.089	3.869	5.777	68.645	2.771	36.975	67.376	3.435
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	159.080	491.562	157.040	3.426	4.006	270.071	3.657	38.547	79.834	28.978
<b>Taxas de depreciação</b>	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	4% a 20%	5%	10%

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v) a participação na cabotagem foi diluída de 65% para 58,5%, resultando na redução da conta pela consolidação proporcional.
- (ii) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.
- (iii) As construções / aquisições ocorridas na rubrica de Outros referem-se substancialmente aos leasings de contêineres, no montante de R\$24.639, que serão utilizados para prestação de serviço de cabotagem.

### Custo atribuído ("Deemed Cost")

	Ativos do porto - Portonave	Camara Frigorífica - Portonave	UHE Salto - Rio Verde (**)	Total ajuste ao custo atribuído	IR diferido passivo (Nota 19)	UHE Salto - Rio Verde (**)	Ajuste avaliação patrimonial (Patrimônio Líquido)
<b>Ajuste ao custo atribuído</b>	687.895	5.484	143.194	836.573	284.436	-	552.137
Transferência para operações descontinuadas	-	-	(143.194)	(143.194)	(48.686)	-	-
Depreciação acumulada	(64.570)	(485)	-	(65.055)	(22.119)	(1.306)	(44.242)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>623.325</b>	<b>4.999</b>	<b>-</b>	<b>628.324</b>	<b>213.631</b>	<b>(1.306)</b>	<b>507.895</b>
Depreciação do período	(30.857)	(1.680)	-	(32.537)	(11.063)	(3.683)	(25.157)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>592.468</b>	<b>3.319</b>	<b>-</b>	<b>595.787</b>	<b>202.568</b>	<b>(4.989)</b>	<b>482.738</b>

(\*\*) Estes ativos não estão consolidados conforme nota 10.

As controladas Rio Verde e Portonave adotaram a opção de avaliar seus ativos imobilizados ao custo atribuído de acordo com ICPC10 e CPC 37.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

A companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou



perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

## 14. Intangível

	Controladora					
	Ágio na aquisição da			Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	Total Controladora
Custo	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba			
Saldo em 31/12/2010	41.476	114	267	4.320	14.037	60.582
Adições	-	-	-	-	26.489	26.554
Baixas	-	-	-	(292)	(2.877)	(3.169)
Saldo em 31/12/2011	41.476	114	267	4.028	37.649	83.967
Amortização						
Saldo em 31/12/2010	(15.866)	-	(19)	-	(179)	(16.064)
Amortização	(2.354)	-	(38)	-	(55)	(2.447)
Saldo em 31/12/2011	(18.220)	-	(57)	-	(234)	(18.511)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2010	25.610	114	248	4.320	14.037	44.518
Saldo em 31/12/2011	23.256	114	210	4.028	37.649	65.456
Taxa de amortização	(*)	-	(*)	-	20%	

	Consolidado					
Custo	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Linhas de Transmissão (vi)	Ágio na aquisição da Portonave (ii)	Outros Intangíveis (vii)	Total
Saldo em 31/12/2010	60.582	1.527.013	4.192	135.292	17.322	1.744.401
Adições	26.554	102.120	231	-	19.942	148.847
Baixas	(3.169)	(2.659)	(1.760)	-	(17)	(7.605)
Perda na diluição do investimento	-	-	-	-	(220)	(220)
Transferência	-	-	-	-	113	113
Saldo em 31/12/2011	83.967	1.626.474	2.663	135.292	37.140	1.885.536
Amortização						
Saldo em 31/12/2010	(16.064)	(580.026)	(1.787)	(16.431)	(8)	(614.316)
Amortização	(2.447)	(50.262)	(179)	-	(148)	(53.036)
Amortização – mais valia	-	(50.906)	-	-	-	(50.906)
Baixas	-	2.493	1.760	-	19	4.272
Perda na diluição do investimento	-	-	-	-	46	46
Transferência	-	-	-	-	(33)	(33)
Saldo em 31/12/2011	(18.511)	(678.101)	(206)	(16.431)	(124)	(713.973)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2010	44.518	946.987	2.405	118.861	17.314	1.130.085
Saldo em 31/12/2011	65.456	947.773	2.457	118.861	37.016	1.171.563
Taxa de amortização	-	(**)	4% a 10%	-	-	

(\*) Amortização pelo prazo de concessão.

(\*\*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

(i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.

## 14. Intangível--Continuação

- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. O montante de R\$11.969 foi registrado na rubrica de Contratos de aquisição de ativos, conforme nota explicativa nº 20.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações. A principal adição do período refere-se a gastos com obtenção do direito oneroso de exploração de superfície na área em Manaus, fechado com a Cruzeiro do Sul, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).
- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Estão representados exclusivamente pelos gastos relativos à implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica, que foi construída pela controlada Portonave com base no Termo de Compromisso de 18 de janeiro de 2007, firmado com a CELESC Distribuição S.A. visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das atividades portuárias na captação de energia elétrica. Conforme reunião de mediação administrativa, ocorrida na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em 20 de setembro de 2009, a controlada Portonave aceitou receber o montante de R\$17.436 (R\$8.718 proporcional à participação da Companhia) da Celesc Distribuição, em 15 vezes, sem correção mediante compensação das faturas mensais, com complementação dos valores adicionais pagas em moeda corrente, caso o valor da parcela seja superior ao da fatura, relativo ao ressarcimento pela participação financeira de consumidor em instalação de transmissão. Por fim, o montante de R\$5.771 (R\$2.886 proporcional à participação da Companhia), relativo a uma subestação de energia que compunha a linha de transmissão foi, através do acordo, reclassificada para o ativo imobilizado. O saldo remanescente da linha de transmissão continuará sendo amortizado pelo tempo estimado de recuperabilidade do investimento.
- (vii) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com as controladas Santa Rita e MaNave e no Projeto UHE de Garibaldi.

## 14. Intangível--Continuação

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2011 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia.

## 15. Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concepa e Concer registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente à taxa de 11,51% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Econorte	32.401	21.174
Concepa	-	1.453
Concer	408	1.150
	32.809	23.777
Parcela do circulante	6.096	5.736
Parcela do não circulante	26.713	18.041

## 16. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			31/12/11	31/12/10
<b>Triunfo (controladora):</b>				
Cédula de crédito bancário - Votorantim	Ações da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,5% a.a.	-	23.548
Conta garantida – Santander	Sem aval	126,5% do CDI	-	19.600
FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	28.278	14.784
<b>Concepa:</b>				
Cédula de crédito bancário - Banif	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	IGP-M + 11% a.a.	18.420	22.826
Capital de giro – Santander	Sem aval	121,5% do CDI	8.092	2.052
Cédula de crédito bancário – Votorantim	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	128,5% do CDI	98.810	110.854
<b>Concer:</b>				
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	1.448	1.737
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 6,625% a.a.	8.948	12.203
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 4,65% a.a.	1.693	2.258
Financiamento de imobilizado - FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	6.429	6.574
Cédula de crédito bancário - ABN Amro	Aval dos acionistas	CDI + 2,7% a.a.	-	4.519
Financiamento de imobilizado - FINAME – Santander	Alienação fiduciária	7% a.a.	134	229
Contrato de alienação fiduciária – Banco Guanabara	Aval da diretoria	18% a.a.	233	-
Capital de giro – Santander	Sem aval	121,5% do CDI	18.956	19.422
<b>Portonave:</b>				
Financiamento de imobilizado - GE Capital	Ações da Portonave, Iceport e Teconave	Varição Cambial + 5,7452% a.a.	85.546	94.977
<b>Econorte:</b>				
Cédula de crédito bancário - ABN Amro	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,7% a.a.	-	5.534
	Ações da Econorte e cessão dos direitos creditórios de movimentação da receita de arrecadação de pedágio em conta do Banco do Brasil	CDI + 5,6% a.a.	-	33.104
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil	Sem aval	121% do CDI	-	6.550
<b>Rio Guaíba:</b>				
Financiamento de imobilizado	Aval da Companhia (Triunfo)	9,0% a.a.	158	249
<b>Rio Bonito:</b>				
Cartão BNDES – Bradesco	Sem aval	12,82% a.a.	217	-
Financiamento de imobilizado - Finame - Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 7,5% a.a.	470	974
Arrendamento mercantil - Bradesco	Nota promissória	21,67% a.a.	8	59
Financiamento de imobilizado - Finame – Santander	Alienação fiduciária	TJLP + 5,5% a.a.	58	-
Financiamento de imobilizado - Finame – Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP + 10,0% a.a.	267	-
Contrato de alienação fiduciária – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,73% a.a.	78	-
<b>NTL:</b>				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Alienação fiduciária	TJLP + 4,16% a.a.	10.635	-
<b>Vessel:</b>				
Cédula de crédito bancário – Votorantim	Alienação fiduciária	CDI + 2,7% a.a.	29.879	-
<b>Rio Canoas:</b>				
Cédula de crédito bancário – Safra	Alienação fiduciária	9,85% a.a.	11.817	-
Financiamento de imobilizado - Finame – Indusval	Aval da Companhia (Triunfo)	10,0% a.a. a 12,0% a.a.	2.404	-
Financiamento de imobilizado - Finame – Indusval	Aval da Companhia (Triunfo)	8,7% a.a. a 12,0% a.a.	687	-
			<b>333.665</b>	<b>382.053</b>
Parcela do circulante			118.331	137.551
Parcela do não circulante			215.334	244.502

## 16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 está assim distribuído:

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2013	<b>4.699</b>	<b>128.559</b>
2014	<b>4.674</b>	<b>35.841</b>
2015	<b>4.641</b>	<b>30.679</b>
2016	<b>4.641</b>	<b>7.048</b>
Após 2016	<b>4.988</b>	<b>13.298</b>
	<b>23.643</b>	<b>215.425</b>

## 17. Debêntures

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Triunfo (controladora)	<b>381.475</b>	214.716
Concepa	<b>22.523</b>	31.918
Econorte	<b>114.452</b>	-
Maestra	<b>48.842</b>	-
Rio Canoas	<b>150.631</b>	-
	<b>717.923</b>	246.634
Parcela do circulante	<b>216.951</b>	42.382
Parcela do não circulante	<b>500.972</b>	204.252

## 17. Debêntures--Continuação

### a) Triunfo

#### *1ª Emissão*

Em 1 de janeiro de 2002, foram emitidas 60.000 debêntures nominativas e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$60.000, amortizadas em cinco parcelas anuais iguais. Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são de R\$52.749 e R\$74.895, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IGP-M, e são remuneradas mensalmente com base no valor unitário atualizado até dezembro de cada exercício a taxa de 1% sobre o saldo em circulação no último dia do mês e pagas no 5º dia útil do mês subsequente.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio e deságio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$317 e R\$843 em 31 de dezembro de 2011 e 2010, que juntamente com a taxa fixa de remuneração mensal incorporam a taxa efetiva da operação de 1,2% ao mês.

#### *2ª Emissão*

Em 12 de julho de 2010, foram emitidas 267 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$500.000, amortizáveis em cinco parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são de R\$140.839 e R\$139.821, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 3% ao ano, e são remuneradas semestralmente, sem carência.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$1.804 e R\$2.223 em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

#### *3ª Emissão*

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$187.887.

## 17. Debêntures--Continuação

### a) Triunfo--Continuação

#### *3ª Emissão--Continuação*

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 8,65%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização a iniciar em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$4.474 em 31 de dezembro de 2011.

### b) Concepa

#### *4ª Emissão*

Em 31 de dezembro de 2011 encontra-se em circulação 32.000 debêntures públicas nominativas, não conversíveis em ações, referentes à quarta emissão, realizada em 1º de setembro de 2006, com quatro anos de carência e vencimento em quatro parcelas anuais, com a liquidação da última parcela prevista para setembro de 2013. As debêntures referentes à quarta emissão são atualizadas pela variação monetária do IGP-M, acumulado a cada 12 meses, e recebem uma remuneração, paga anualmente, à taxa de juros equivalente a 10% ao ano sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação. Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 dessas debêntures são de R\$22.523 e R\$31.918.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$469 e R\$737 em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

### c) Econorte

#### *2ª Emissão*

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª segunda emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 meses, vencendo em 10 de maio de 2017. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$114.452.

## 17. Debêntures--Continuação

### c) Econorte--Continuação

#### *2ª Emissão*--Continuação

As debêntures serão pagas em 12 parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$1.743 em 31 de dezembro de 2011.

### d) Maestra

#### *1ª Emissão*

Em 15 de julho de 2011, foram emitidas 80 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$80.000, amortizáveis mensalmente a partir do 12º mês contado da data de emissão até 12 de julho de 2015. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$83.491 (R\$48.842 valor proporcional à participação na Companhia).

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 2,55% ao ano, e são remuneradas mensalmente a partir do 12º mês contado da data de emissão até 12 de julho de 2015.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$1.720 em 31 de dezembro de 2011.



## 17. Debêntures--Continuação

### e) Rio Canoas

#### *1ª Emissão*

Em 22 de novembro de 2011, foram emitidas 150 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$150.000. Elas terão um prazo de vigência de 13 meses, vencendo em 30 de dezembro de 2012. A referida emissão foi efetuada no contexto da negociação do financiamento de longo prazo do empreendimento junto ao BNDES e poderá ser liquidada antecipadamente por ocasião da liberação dos recursos deste financiamento de longo prazo. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$150.631.

As debêntures farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$1.178 em 31 de dezembro de 2011.

Além das garantias da arrecadação dos pedágios, da alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo e da hipoteca da embarcação Maestra Pacífico, da alienação fiduciária das ações representativas de 100% do capital social da controlada Rio Canoas e da cessão fiduciária de todos os direitos emergentes da concessão relativos ao contrato de concessão de uso do bem público celebrado pela controlada Rio Canoas com a Aneel, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, a Companhia constitui uma conta reserva de amortização e as controladas Concepa e Econorte constituem uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5.

## 17. Debêntures--Continuação

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011, com vencimento até o ano 2018, esta assim distribuída:

Ano	Controladora	Consolidado
2013	52.443	89.244
2014	52.897	81.325
2015	100.078	141.706
2016	46.971	81.771
2017	46.971	59.955
2018	46.971	46.971
	<b>346.331</b>	<b>500.972</b>

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações estão demonstradas a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Triunfo	1ª Emissão	01/01/2002	60.000	(5.760)	54.240	IGP-M + 12,00%	IGP-M + 13,01%
Triunfo	2ª Emissão	12/07/2010	133.500	(2.003)	131.498	CDI + 3,00%	CDI + 3,33%
Triunfo	3ª Emissão	22/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 8,65%	IPCA + 9,11%
Concepa	4ª Emissão	01/06/2006	32.000	(960)	31.040	IGP-M + 10,00%	IGP-M + 10,50%
Econorte	2ª Emissão	10/05/2011	120.000	(1.800)	118.200	CDI + 2,90%	CDI + 3,30%
Maestra	1ª Emissão	15/07/2011	80.000	(1.720)	78.280	CDI + 2,55%	CDI + 3,27%
Rio Canoas	1ª Emissão	22/11/2011	150.000	(1.200)	148.800	CDI + 2,10%	CDI + 2,90%
			<b>755.500</b>	<b>(18.393)</b>	<b>737.108</b>		

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

Emissora	Custos de transação	Saldo amortizado	Saldo a amortizar
Triunfo	(5.760)	5.443	(317)
Triunfo	(2.003)	199	(1.804)
Triunfo	(4.950)	476	(4.474)
Concepa	(960)	491	(469)
Econorte	(1.800)	57	(1.743)
Maestra	(1.720)	-	(1.720)
Rio Canoas	(1.200)	22	(1.178)
	<b>(18.393)</b>	<b>6.688</b>	<b>(11.705)</b>

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2012	1.425	3.470
2013	1.108	1.975
2014	1.108	1.975
2015	1.108	1.895
2016	909	1.209
2017	707	950
2018	231	231
	<b>6.595</b>	<b>11.705</b>

## 18. Impostos, taxas e contribuições

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	<b>3.806</b>	2.593
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	<b>12.237</b>	6.733
Imposto de Renda Retido na Fonte	<b>13</b>	12	<b>1.042</b>	372
Cofins	<b>2</b>	26	<b>2.786</b>	1.614
PIS	<b>1</b>	6	<b>1.318</b>	1.181
INSS	<b>4</b>	-	<b>517</b>	572
Imposto Sobre Serviços	<b>1</b>	-	<b>3.715</b>	3.762
Imposto sobre Operações Financeiras	<b>41</b>	74	<b>381</b>	380
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	<b>27</b>	14	<b>147</b>	126
Outros impostos e contribuições	-	-	<b>2.174</b>	1.264
	<b>89</b>	132	<b>28.123</b>	18.597
Parcela do circulante	<b>89</b>	114	<b>23.622</b>	12.352
Parcela do não circulante	-	18	<b>4.501</b>	6.245

## 19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

### a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

## 19. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

### a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados--Continuação

	31/12/11	31/12/10
Portonave	3.269	11.965
Maestra	3.945	-
NTL	22.207	-
Vessel	12.628	-
Triunfo	271.753	214.767
	<b>313.802</b>	<b>226.732</b>

Os créditos fiscais sobre os prejuízos e base negativa da contribuição social da Portonave foram reconhecidos com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções de resultados aprovados pelos Administradores das Companhias. Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Reserva de reavaliação	123.090	143.222
Custo atribuído – ICPC 10 (Nota 13)	202.568	213.631
Variação cambial	5.729	9.494
Estorno de amortizações – ICPC 01	35.090	24.668
	<b>366.477</b>	<b>391.015</b>

## 20. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

## 20. Contratos de aquisição de ativos--Continuação

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Aquisição de investimento na TPB	-	30.916
Aquisição de investimento na Santa Rita	<b>21.498</b>	-
Aquisição de direito de exploração de superfície	<b>10.250</b>	-
	<b>31.748</b>	30.916
Parcela do circulante	<b>21.498</b>	30.916
Parcela do não circulante	<b>10.250</b>	-

### a) Aquisição de investimento na TPB

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1 a) iii), em 25 de junho de 2008 a Triunfo firmou com Pedro e Joaquim Rocha Brites o contrato para aquisição de 100% das cotas da TPB, pelo montante de R\$70.200, sendo R\$30.000 pagos com ações da controlada Santa Rita, uma parcela de R\$5.000 na assinatura do contrato e o saldo de R\$35.200 em parcelas semestrais, corrigidas pelo IGP-M, mais juros mensais de 0,5% ao mês, nos montantes de R\$5.200, duas parcelas de R\$5.000 mais duas parcelas finais de R\$10.000.

Em 2009 a Triunfo re-negociou o saldo do contrato de R\$34.838 para o pagamento em 4 parcelas semestrais, sendo 2 parcelas pagas em 2010 no montante de R\$838 e R\$9.000 e 2 parcelas a serem pagas em 2011 no montante de R\$10.000 e R\$15.000 corrigidas pelo IGP-M, mais juros mensais de 0,75% ao mês. O saldo foi liquidado em 2011.

### b) Aquisição de investimento na Santa Rita

Em 2011, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme mencionada na nota explicativa nº 1 a) iv). O saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2011 é de R\$21.498.

## **20. Contratos de aquisição de ativos--Continuação**

### **c) Aquisição de direito de exploração de superfície**

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

## **21. Receitas diferidas, líquidas**

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 (R\$19.617 no consolidado) durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 (R\$8.701 no consolidado) foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 (R\$10.916 no consolidado) será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 (R\$16 no consolidado) e para implantação de adutora o valor de R\$156 (R\$98 no consolidado). Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagará à controlada Concer uma remuneração total de R\$7.942 (R\$4.964 no consolidado). Até 31 de dezembro de 2011, a Eletronet pagou R\$6.615 (R\$4.134 no consolidado) à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1 (R\$0,625 no consolidado). O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286 (R\$179 no consolidado). Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

## 21. Receitas diferidas, líquidas--Continuação

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Receita recebida antecipadamente	10.294	6.775
(-) Receita apropriada ao resultado	(1.386)	(2.131)
	<b>8.908</b>	<b>4.644</b>

## 22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base nos pareceres elaborados pelos seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	31/12/10	Complemento	Pagamentos 31/12/11
Processos cíveis	487	317	(256) 548
Processos trabalhistas	528	222	(578) 172
Total provisão	<b>1.015</b>	<b>539</b>	<b>(834) 720</b>

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$18.307 e R\$12.301 em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

## **22. Provisão para demandas judiciais e administrativas--Continuação**

### **a) Litígio sobre a concessão na Econorte**

A Econorte é empresa concessionária de rodovias do Lote nº 1 do Anel de Integração do Paraná, vencedora do certame licitatório resultante da concorrência pública internacional, para a outorga de concessão de segmentos rodoviários do Estado do Paraná. A anterior administração do Governo do Estado do Paraná perpetuou diversos atos para buscar a redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais.

Desde então, o Poder Público Estadual adotou diversas medidas contra as concessões rodoviárias do Estado, sendo que as principais partem para a encampação das concessões, desapropriações das ações de controle, caducidade dos contratos, negativa retórica da aplicação dos reajustes anuais das tarifas de pedágio, tentativa de buscar a nulidade dos aditivos contratuais, descon siderações das disposições contratuais, além de outras medidas levadas a efeito pela administração pública.

A Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, buscou a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores.

Adicionalmente, em 2008, a Econorte, em cumprimento das decisões judiciais prolatadas pela Justiça Federal de Jacarezinho (PR), teve suas atividades parcialmente suspensas dentro do âmbito da jurisdição da referida Justiça. Em dezembro do mesmo ano, a Concessionária retomou a integralidade dos serviços concessionados, com base na decisão favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, mantendo incólume a concessão de que é titular.

Em 02 de março de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento unânime, confirmou a decisão monocrática proferida no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, assegurando a incolumidade do Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos.



## **22. Provisão para demandas judiciais e administrativas--Continuação**

### **a) Litígio sobre a concessão na Econorte--Continuação**

A Econorte busca, por meio de ações judiciais, o reconhecimento em seu favor de eventos que causaram o desequilíbrio do contrato de concessão, que não foram reconhecidos pela anterior Administração do Estado. Caso julgados procedentes, tais eventos conduzirão ao direito de reequilíbrio econômico-financeira do contrato, seja pelo aumento da tarifa ou pela redução no montante dos investimentos ou ainda pelo aumento no prazo da concessão, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

Em 31 de dezembro de 2011, a Econorte representava aproximadamente 6,95% do total dos investimentos da Triunfo e 21,2% das receitas operacionais líquidas consolidadas.

### **b) Suspensão do contrato de concessão da Ecovale**

A controlada Ecovale teve o contrato suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ("TCE/SC"). O Tribunal de Contas da União ("TCU") acatou a sugestão do TCE catarinense de anular o processo licitatório e, por conseguinte, o contrato de concessão da Ecovale firmado no âmbito desse processo. A concessionária impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal – STF contra ato do TCU, requerendo a concessão de medida liminar, a fim de sustar o ato impugnado até o julgamento final do pedido.

Em relação às possibilidades de êxito, a Administração da Ecovale, com base em parecer de seus assessores jurídicos, considera possíveis as chances de insucesso.

Por se tratar de sociedade em fase pré-operacional, a Ecovale não possui receitas operacionais e, portanto, o desfecho desfavorável dessa ação não impactaria as operações da Companhia.

## 23. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital autorizado da Companhia, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2007 é de 200.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, e em 31 de dezembro de 2011 está representado por 146.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal no montante de R\$512.979.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032.

Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$ 6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando o capital a da mesma data, após o qual o capital passou a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

### b) Dividendos

Aos acionistas é garantido o dividendo mínimo de 25,0% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária.

## 23. Patrimônio líquido--Continuação

### b) Dividendos--Continuação

O montante de dividendos pagos em 2011 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2010, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011, calculados conforme segue:

Lucro líquido do exercício de 2010	32.458
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.623)
(+) Saldo de reserva de retenção de lucros de 2009 – após efeito adoção dos CPC’s	10.135
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	39.176
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	22.816
Base de cálculo de dividendos	102.962
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	25.741
Dividendos distribuídos em 2010	(18.328)
Dividendos propostos e pagos em 2011	7.413
Dividendos por lote de mil ações (em reais)	0,0508

Os dividendos pagos antecipadamente, no mês de outubro de 2011, no montante de R\$20.000 referem-se ao saldo de dividendos intercalares do exercício de 2011, referente ao lucro de seis meses findo em 30 de junho de 2011, “ad referendum” da Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 3 de outubro de 2011, calculados conforme segue:

Lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2011	7.683
(-) Constituição da reserva legal	(384)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	21.882
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	12.629
Base de cálculo de dividendos	41.810
Proposta da Administração:	
Dividendos propostos	20.000

## 23. Patrimônio líquido--Continuação

### b) Dividendos--Continuação

O montante de dividendos a pagar de R\$2.133 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2011, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária, calculados conforme segue:

Lucro líquido do exercício de 2011	21.802
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.090)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	42.661
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	25.157
Base de cálculo de dividendos	88.530
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.133
Dividendos distribuídos em 2011	(20.000)
Dividendos propostos	2.133
 Dividendos por lote de mil ações (em reais)	 0,0146

### c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

## 23. Patrimônio líquido--Continuação

### d) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 14, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

### e) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2011	2010
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	21.802	32.458
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	146.000.000	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	1.500.000	1.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(1.457.491)	(1.000.000)
Resultado por ação – básico	0,14933	0,22232
Resultado por ação - diluído	0,14929	0,22232

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010 e 1º de maio de 2011 o Conselho de Administração aprovou três outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impacto no cálculo do lucro diluído por ação em 2010 e 2011, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

## 23. Patrimônio líquido--Continuação

### f) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido	<b>21.802</b>	32.458
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	<b>42.661</b>	39.176
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<b>25.157</b>	22.816
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	<b>89.620</b>	94.450
(-) Constituição da reserva legal (5%)	<b>(1.090)</b>	(1.623)
Resultado do exercício à disposição dos acionistas	<b>88.530</b>	92.827

### g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### h) Ágio em transações de capital

Esse ágio corresponde a mais valia referente a aquisição dos 12% da participação na Santa Rita, de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

## 24. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2011	2010
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	<b>451.196</b>	398.206
Operação de carga de terceiros - porto	<b>124.185</b>	103.553
Operação de carga própria - porto	<b>61.069</b>	22.681
Construção de ativos das concessões de rodovia	<b>94.655</b>	64.983
Operação de cabotagem	<b>20.923</b>	-
Outros	<b>4.840</b>	4.631
	<b>756.868</b>	594.054
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	<b>(61.451)</b>	(48.181)
	<b>695.417</b>	545.873

## 25. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

## 25. Plano de remuneração baseada em ações--Continuação

Anualmente, a partir da data da realização da Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembléia de 27 de julho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Controladora e consolidado			
	31/12/11		31/12/10	
	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$
Saldo no início do ano	1.000.000	9,00	500.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	500.000	9,00	500.000	9,00
Saldo no final do ano	1.500.000	9,00	1.000.000	9,00

	Controladora e consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Ações exercíveis	1.333.333	833.333
Prazo de vida útil (anos)	6	7
Preço médio ponderado – R\$	9,00	9,00



## 25. Plano de remuneração baseada em ações--Continuação

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	1 de maio de 2011	1 de maio de 2010	23 de setembro de 2009
Taxa de juros livre de risco	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	24,54	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são de R\$2.145 e R\$1.594, respectivamente, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$1.861 (R\$1.383 em 31 de dezembro de 2010) e despesa com pessoal no montante de R\$284 (R\$211 em 31 de dezembro de 2010).

## 26. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

	Tipo de cobertura	Importância segurada (i)
Econorte	Danos patrimoniais e perda de receita	473.275
Concepa	Garantia de execução da concessão	13.193
Concer	Responsabilidade civil	12.920
Concer	Garantia de execução da concessão	12.921
Concer	Danos materiais e perda de receita	69.169
Concepa	Riscos operacionais	19.978
Portonave	Seguro operador portuário	US\$ 166.000
Concer e Concepa	Frota de veículos	100% da tabela FIPE (ii)
Rio Verde	Responsabilidade civil	10.000
Rio Verde	Riscos operacionais	330.000
Rio Canoas	Responsabilidade civil	15.000
Rio Canoas	Risco de engenharia	616.076

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Não são considerados os percentuais de participação da Triunfo. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

(ii) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

## 27. Remuneração dos administradores

Na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de abril foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$10.486.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de dezembro de 2011 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 1.500.000 de opções de compra de ações da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2011 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$8.993 (R\$6.526 em 31 de dezembro de 2010) na controladora e de R\$15.127 (R\$11.825 em 31 de dezembro de 2010) no consolidado respectivamente, sendo que, desses montantes, R\$1.861 (R\$1.383 em 31 de dezembro de 2010) correspondem as opções outorgadas decorrentes do plano de opções, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
<b>Remuneração fixa anual</b>		
Salário ou pró labore	<b>4.002</b>	4.007
Benefícios diretos e indiretos	<b>165</b>	162
Participação de resultados	<b>2.965</b>	974
Plano de opções de compra de ações	<b>1.861</b>	1.383
<b>Total</b>	<b>8.993</b>	6.526

## 28. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Lucro contábil antes dos impostos de operações em continuidade	<b>21.802</b>	32.458	<b>5.123</b>	41.250
Lucro antes dos impostos de operação descontinuada	-	-	<b>8.261</b>	5.723
<b>Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>21.802</b>	32.458	<b>13.384</b>	46.973
IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	<b>(7.413)</b>	<b>(11.036)</b>	<b>(4.551)</b>	<b>(15.971)</b>
Exclusões (adições) permanentes	<b>7.413</b>	11.036	<b>2.055</b>	<b>(330)</b>
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	-	<b>(2.496)</b>	<b>(16.301)</b>
Alíquota efetiva			<b>18,7%</b>	34,7%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

## 29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	<b>4.313</b>	2.410	<b>9.503</b>	4.574
Juros recebidos	-	-	<b>627</b>	346
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	<b>12.115</b>	6.840	<b>4.048</b>	79
Outros juros e descontos obtidos	<b>56</b>	12	<b>628</b>	1.433
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	<b>(40.636)</b>	(24.373)	<b>(58.159)</b>	(39.827)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	<b>(11.170)</b>	(13.735)	<b>(48.324)</b>	(46.114)
Outros juros, multas e atualizações	<b>(1.649)</b>	(805)	<b>(17.956)</b>	(7.220)
Impostos sobre operações financeiras	<b>(596)</b>	(483)	<b>(2.758)</b>	(1.132)
Variação cambial, líquidas	-	-	<b>(15.353)</b>	3.847
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(37.567)</b>	(30.134)	<b>(127.744)</b>	(84.014)

### 30. Instrumentos financeiros

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	141.937	60.689	141.937	60.689
Aplicações financeiras vinculadas	55.583	42.854	55.583	42.854
Contas a receber, líquidas	46.359	27.969	46.359	27.969
Indenizações a receber	-	3.721	-	3.721
Impostos a recuperar	10.381	6.756	10.381	6.756
Depósitos judiciais	1.429	1.183	1.429	1.183
<b>Total</b>	<b>255.689</b>	<b>143.172</b>	<b>255.689</b>	<b>143.172</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	333.665	382.053	333.665	382.053
Debêntures e prêmio de não conversão	717.923	246.634	717.923	246.634
Fornecedores	57.647	38.628	57.647	38.628
Salários, provisões e contribuições sociais	13.025	9.183	13.025	9.183
Dividendos	9.187	7.413	9.187	7.413
Impostos a pagar	28.123	18.597	28.123	18.597
Arrendamento mercantil	24.835	-	24.835	-
Outras obrigações	31.748	30.916	31.748	30.916
<b>Total</b>	<b>1.216.153</b>	<b>733.424</b>	<b>1.216.153</b>	<b>733.424</b>

### **30. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **a) Análise dos instrumentos financeiros--Continuação**

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo.

#### **b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o exercício de 2011, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 9,50% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

### 30. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

*Triunfo (Controladora e consolidado)*

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (I)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Aplicações financeiras	CDI	9,50%	7,13%	4,75%
Triunfo (controladora)		3.226	2.420	1.613
Concepa		722	541	361
Econorte		1.395	1.046	698
Concer		4	3	2
Portonave		2.238	1.679	1.119
Iceport		166	124	83
		7.751	5.813	3.876
R\$81.591 (*)				

(\*) Saldos em 31 de dezembro de 2011 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IGP-M vigentes em 31 de dezembro de 2011, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

### 30. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

##### *Triunfo (Controladora)*

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – CSI	CDI	14	18	21
R\$149 (*)		14	18	21
1ª Emissão de Debêntures	IGP-M	2.680	3.350	4.019
2ª Emissão de Debêntures	TJLP	8.450	10.563	12.676
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	12.307	15.383	18.460
R\$381.475 (*)		23.437	29.296	35.155
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	9,50%	11,88%	14,25%
Taxa/índice sujeitos às variações	IGP-M	5,08%	6,35%	7,62%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	6,55%	8,19%	9,83%

(\*) Saldos em 31 de dezembro de 2011

##### *Triunfo (Consolidado)*

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – Controladora	CDI	14	18	21
Capital Giro – Concepa	CDI	769	961	1.153
CCB – Concepa	CDI	9.387	11.734	14.080
CCB – Concepa	IGP-M	936	1.170	1.404
BNDES – Concer	TJLP	638	798	958
Capital Giro – Concer	CDI	1.801	2.251	2.701
Financiamento GE – Portonave	VC (dólar)	(3.195)	9.915	21.018
Finame – Rio Bonito	TJLP	48	60	72
BNDES – NTL	CDI	638	798	957
CCB – Vessel	CDI	2.839	3.548	4.258
CCB – Rio Canoas	CDI	1.123	1.403	1.684
Finame – Rio Canoas	TJLP	185	232	278
R\$296.831 (*)		15.183	32.888	48.584
1ª Emissão Debêntures – Controladora	IGP-M	2.680	3.350	4.019
2ª Emissão Debêntures - Controladora	TJLP	8.450	10.563	12.676
3ª Emissão Debêntures - Controladora	IPCA	12.307	15.383	18.460
Debêntures – Econorte	CDI	10.873	13.591	16.309
Debêntures - Concepa	IGP-M	1.144	1.430	1.716
Debêntures - Maestra	CDI	4.640	5.800	6.960
Debêntures – Rio Canoas	CDI	14.310	17.887	21.465
R\$717.923 (*)		54.404	68.004	81.605
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	9,50%	11,88%	14,25%
Taxa/índice sujeitos às variações	IGP-M	5,08%	6,35%	7,62%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	VC (dólar)	1,82	2,28	2,73
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	6,55%	8,19%	9,83%

(\*) Saldos em 31 de dezembro de 2011

### 30. Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.



### 30. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Risco de mercado

- i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.
- ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

#### d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

#### e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

### 30. Instrumentos financeiros--Continuação

#### f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

#### g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	<b>28.278</b>	57.932	<b>333.665</b>	382.053
Debêntures (Nota 17)	<b>381.475</b>	214.716	<b>717.923</b>	246.634
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<b>(14.241)</b>	(2.952)	<b>(141.937)</b>	(60.689)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	<b>(26.523)</b>	(25.130)	<b>(55.583)</b>	(42.854)
Dívida líquida	<b>368.989</b>	244.566	<b>854.068</b>	525.144
Patrimônio líquido	<b>1.360.542</b>	1.370.819	<b>1.360.542</b>	1.407.515
Total do capital	<b>1.729.531</b>	1.615.385	<b>2.214.610</b>	1.932.659
Índice de alavancagem financeira - %	<b>21,33</b>	15,14	<b>38,57</b>	27,17

### 31. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

### **31. Informações por segmento--Continuação**

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em seis segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: As controladas Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;
- Administração de portos: As controladas TPI-LOG, Starport, Maris Gaudium, Santa Rita, TPB, Portonaus, MaNave, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Cabotagem: As controladas Maestra, Maestra LLP, NTL e Vessel;
- Energia: As controladas Rio Canoas, Rio Claro e TNE;
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Trevally, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Jahy, Santip, Luve, Santa Clara, Tijoá, Rio Dourado e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/12/2011							
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
<b>Operações em continuidade</b>								
Receita operacional líquida	504.789	173.402	17.226	-	-	-	-	695.417
Custos dos serviços prestados	(287.944)	(126.111)	(22.750)	-	-	-	-	(436.805)
Lucro bruto	216.845	47.291	(5.524)	-	-	-	-	258.612
Receitas (Despesas) operacionais	(40.950)	(23.713)	(40.598)	(1.246)	(349)	59.369	(78.258)	(125.745)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	175.895	23.578	(46.122)	(1.246)	(349)	59.369	(78.258)	132.867
Resultado financeiro	(47.830)	(27.102)	(16.122)	877	-	(37.567)	-	(127.744)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	128.065	(3.524)	(62.244)	(369)	(349)	21.802	(78.258)	5.123
Imposto de renda e contribuição social	(27.225)	3.636	21.093	-	-	-	-	(2.496)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	100.840	112	(41.151)	(369)	(349)	21.802	(78.258)	2.627
<b>Operações Descontinuadas</b>								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	8.261	8.261
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	100.840	112	(41.151)	(369)	(349)	21.802	(69.997)	10.888
Participação de acionistas não controladores	-	30	11.445	-	-	-	-	11.475
Lucro (prejuízo) líquido do período	100.840	142	(29.706)	(369)	(349)	21.802	(69.997)	22.363
Ativos totais por segmento	1.077.812	1.062.806	134.909	386.972	9.275	856.014	(1.124.101)	3.403.687
Passivos totais por segmento	569.742	379.041	137.282	202.857	47	495.472	(129.703)	1.654.738

(\*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas.

	31/12/2010							
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
<b>Operações em continuidade</b>								
Receita operacional líquida	426.721	119.152	-	-	-	-	-	545.873
Custos dos serviços prestados	(254.396)	(89.177)	-	-	-	-	1.124	(342.449)
Lucro bruto	172.325	29.975	-	-	-	-	1.124	203.424
Receitas (Despesas) operacionais	(32.649)	(12.513)	(8.486)	(385)	(4)	56.869	(80.992)	(78.160)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	139.676	17.462	(8.486)	(385)	(4)	56.869	(79.868)	125.264
Resultado financeiro	(46.514)	(4.197)	(3.167)	(2)	-	(30.134)	-	(84.014)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	93.162	13.265	(11.653)	(387)	(4)	26.735	(79.868)	41.250
Imposto de renda e contribuição social	(16.517)	216	-	-	-	-	-	(16.301)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	76.645	13.481	(11.653)	(387)	(4)	26.735	(79.868)	24.949
<b>Operações Descontinuadas</b>								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	5.723	-	5.723
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	76.645	13.481	(11.653)	(387)	(4)	32.458	(79.868)	30.672
Participação de acionistas não controladores	-	26	3.287	-	-	-	-	3.313
Lucro (prejuízo) líquido do período	76.645	13.507	(8.366)	(387)	(4)	32.458	(79.868)	33.985
Ativos totais por segmento	1.062.182	1.072.749	75.688	1.844	4	1.685.994	(1.615.847)	3.015.614
Passivos totais por segmento	541.462	386.861	43.311	1.561	-	315.175	(120.272)	1.608.098

(\*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

## 32. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, conforme descrito na nota explicativa nº 3 h), são:

### a) Concer (valores não proporcionalizados à participação da Companhia)

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2012 a 2013	59.548
2014 a 2021	10.141
	<u>69.689</u>

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Receita de construção	55.612	29.563
Custo de construção	(55.612)	(29.563)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

### b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2012	45.050
2013	15.648
2014 a 2017	6.971
	<u>67.669</u>

Até 31 de dezembro de 2011, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 31 de dezembro são os seguintes:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2012 a 2014	1.237
2015 a 2017	1.223
	<u>2.460</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Receita de construção	44.397	31.385
Custo de construção	(44.397)	(31.385)
	<u>-</u>	<u>-</u>

#### c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 31 de dezembro de 2011, estão previstos investimentos no montante de R\$450.845.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Ano	Valor
2012	24.360
2013	29.600
2014	31.342
2015	15.055
Após 2015	350.488
	<u>450.845</u>

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/11	31/12/10
Receita de construção	15.500	15.121
Custo de construção	(15.500)	(15.121)
	<u>-</u>	<u>-</u>

d) Portonave

A Portonave, ao assinar o Contrato de Adesão com a União para a exploração do Terminal Portuário de Navegantes, fica livre de quaisquer ônus no que tange a uma remuneração por essa concessão, tanto para obtê-la quanto durante a exploração das atividades.

e) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão, apresentada na nota explicativa nº 22 “b”.

## **32. Compromissos das concessões--Continuação**

### **f) Rio Canoas**

Como pagamento pelo uso do potencial energético objeto do Contrato de Concessão com a ANEEL, a Rio Canoas recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano da concessão, parcelas anuais de R\$587 referente ao Uso do Bem Público ("UBP"). As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA. Por se entender que o fato gerador da obrigação ocorre apenas quando do início da operação da usina, o mesmo não será registrado até que a primeira turbina comece a operar.

A Rio Canoas celebrou, em 02 de agosto de 2011, com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, o Termo de Compensação Ambiental nº 075/2011 previsto na Lei 9.985/2000. Conforme o Termo de Compensação assinado, os recursos serão aplicados conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA. O Ofício GBP nº 3700, de 27.10.11, expedido pela FATMA, estabeleceu o cronograma de desembolso da Compensação Social a ser recebida pelos cinco municípios atingidos pelo empreendimento, em cumprimento ao item 6.4 da LAI – Licença Ambiental de Instalação nº 084/2011. O montante da obrigação foi reconhecida nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011, na rubrica de outros débitos, no montante de R\$13.035, segregados em R\$7.909 no curto prazo e R\$5.126 no longo prazo.

## **33. Arrendamento mercantil**

As controladas NTL e Vessel-Log contrataram arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para os contêineres que serão utilizados na prestação de serviços de cabotagem. A Companhia também possui arrendamento mercantil referente ao sistema de telefonia. Ambos estão registrados como itens do imobilizado e são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.



### 33. Arrendamento mercantil--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

Prazo	31/12/2011			
	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	58	52	6.349	6.228
Após um ano, mas menos de 5 anos	91	71	18.486	17.625
	149	123	24.835	23.853

### 34. Eventos subsequentes

#### a) Aeroporto Internacional de Campinas

Em 6 de fevereiro de 2012, a Companhia, em parceria com Egis Airport Operation e UTC Participações S.A, apresentou melhor proposta para a celebração de contratos de serviços para ampliação, manutenção e exploração do aeroporto internacional de Campinas no Leilão nº 002/2011 que a União, por meio na ANAC, autarquia vinculada à Secretaria de Aviação Civil, realizou nessa mesma data. Em 17 de fevereiro de 2012, a ANAC habilitou a documentação apresentada atestando a conformidade dos mesmos com as exigências editalícias. Em 15 de março de 2012, devido à interposição de recursos contra a decisão sobre a habilitação supracitada, houve alteração do cronograma de eventos do Edital, através de comunicado relevante nº 14/2012 divulgado no Diário Oficial da União, conforme quadro abaixo:

Eventos	Descrição dos Eventos	Até a Data
16	Publicação do julgamento dos recursos.	30/03/2012
17	Homologação do resultado e adjudicação do objeto pela Diretoria da ANAC.	03/04/2012
18	Prazo final, conforme item 6.1, para comprovação de atendimento, pela Proponente vencedora, das obrigações previstas na Seção I do Capítulo VI deste Edital.	18/05/2012
19	Convocação do Adjudicatário para celebração do Contrato de Concessão do respectivo Aeroporto.	21/05/2012

Em 5 de abril de 2012, a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil -ANAC, confirmou a decisão da Comissão Especial de Licitação referente ao resultado Leilão nº 002/2011 ("Leilão") que habilitou o Consórcio Aeroportos Brasil, mantendo, assim, o mesmo como vencedor do certame. Na mesma oportunidade, a ANAC homologou o Leilão e adjudicou o aeroporto de Viracopos ao Consórcio. O Contrato de Concessão, cuja data de assinatura esta prevista para maio de 2012, engloba os serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos) durante 30 (trinta) anos.

b) Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda.

Em 18 de fevereiro de 2012, a Companhia, por intermédio da sua controlada Portonave, celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das Quotas Sociais de Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda, pelo montante de R\$4.500. Referida empresa é titular de autorização, outorgada pela União, para exploração, por prazo indeterminado, de terminal portuário sob a modalidade de uso privativo misto à margem esquerda do Rio Negro nos termos da Resolução ANTAQ n.888, de 24 de outubro de 2007. A celebração do contrato será notificada às autoridades competentes, designadamente ao SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência), nos termos da Lei nº 8884/94, e à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), nos termos da Lei nº 10.233/01.

c) Concepa – 5ª Emissão de Debêntures

Em março de 2012, a controlada Concepa emitiu debêntures simples não conversíveis, no montante de R\$160.000, atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, para utilização no pré-pagamento das Cédulas de Crédito Bancário emitidas anteriormente pela Concepa em favor do Banco Votorantim S.A. e para sua recomposição de caixa.

d) 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 02 de maio de 2012, a Companhia emitiu notas promissórias no montante de R\$300.000, atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,60% ao ano, para pagamento do saldo devedor da 2ª emissão de debêntures e para investimentos em seus negócios.

e) 2ª Emissão de Debêntures

Em 4 de maio de 2012, a Companhia liquidou a 2ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$140.384 com recursos provenientes da 1ª Emissão de Notas Promissórias.

f) Portonave - 1ª Emissão de debêntures

Em 11 de julho de 2012, a controlada Portonave emitiu 2.500 debêntures simples e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$250.000, com vencimento em 11 de julho de 2017. As debêntures não terão atualização do valor nominal unitário e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das taxas médias diárias de DI, acrescida de sobretaxa de 1,65% a 2,25% a.a.. A remuneração será paga em 10 parcelas semestrais, sendo o 1º pagamento em 11 de janeiro de 2013 e o último em 11 de julho de 2017.

Os recursos captados foram utilizados para liquidar antecipadamente o contrato de empréstimo indexado ao dólar junto à General Electric Capital Co., no montante de R\$178.651 que havia sido captado em maio de 2006 para financiamento da construção e dos equipamentos necessários para operação do porto.

g) Rio Canoas - Contrato de Financiamento do BNDES

Em 10 de julho de 2012, a Rio Canoas Energia S.A. celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº12.2.0520.1, conforme aditado, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Emissora, na qualidade de interveniente, no valor de R\$367.830, com vencimento final previsto para 15 de junho de 2031. No dia 24 de agosto de 2012, o BNDES liberou a primeira parcela do financiamento no montante de R\$270 milhões. Os recursos líquidos obtidos pela Rio Canoas Energia S.A. por meio deste contrato serão utilizados para a implementação da UHE Garibaldi.

O financiamento será corrigido pela TJLP mais um Spread de 2,34% a.a. até a data do efetivo pagamento. O prazo total da operação será de 16 anos, com vencimentos mensais à partir de julho de 2015.

h) Rio Canoas – Emissão de Debêntures

Em 15 de agosto de 2012, a Rio Canoas Energia S.A. emitiu 100 (cem) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, com valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo o montante total de R\$100.000, com vencimento final previsto para 15 de dezembro de 2024. Os recursos líquidos obtidos pela Rio Canoas Energia S.A. por meio da emissão das debêntures serão utilizados para a construção, operação e manutenção da UHE Garibaldi.

O financiamento milhões será corrigido por IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) mais um spread de 7,89% a.a. até a data do efetivo pagamento. O prazo total da operação será de 12 anos, com vencimentos semestrais a partir de dezembro de 2014. Os recursos serão utilizados para continuidade das obras de implantação da Usina Hidrelétrica Garibaldi.